



**A Assembléia
de Vancouver**

**tempoe
presença**

publicação mensal do CEDI
número 183
junho de 1983

**JESUS
CRISTO
A VIDA
DO MUNDO**

Olhar através da fé para a festa da vida



A CELEBRAÇÃO DA VIDA
John Poulton
Tradução adaptada de Rubem Alves
68 pp. Cr\$ 500,00
Confessamos que Jesus Cristo é a vida do mundo e assim, igualmente, fazemos nossa afirmação da vida. Afirmamos que Deus fez o mundo, que a vida é dádiva de Deus, e que tudo aquilo que destrói ou diminui a vida é inimigo de Deus. É disto que trata este livro. Ele nos diz que, olhando, pela fé, para a festa que nos é prometida, podemos participar da festa da vida que nos é oferecida aqui e agora. "Jesus Cristo — a vida do mundo" é o tema em torno do qual o Conselho Mundial de Igrejas reúne-se neste julho de 83.

As experiências comuns e a reflexão conjunta do testemunho bíblico

MISSÃO E EVANGELIZAÇÃO: UMA AFIRMAÇÃO ECUMÊNICA

40 pp. Cr\$ 500,00
Por trás de cada uma das afirmações deste livro há experiências cristãs de ontem e de hoje, de países ricos e de países pobres, de países com séculos de tradição cristã e de países onde só há cristãos de primeira geração. Este documento surge do encontro de todas essas experiências e da reflexão conjunta sobre o testemunho bíblico. Cumpre alguns propósitos fundamentais do Conselho Mundial de Igrejas tais como: avançar rumo a unidade, para que o mundo possa crer; facilitar o testemunho comum das Igrejas em cada lugar e em todo lugar; apoiar as Igrejas em sua tarefa missionária e evangelizadora através de todo o mundo.



"Araguaia, que histórias há nessas águas..."

POETAS DO ARAGUAIA

132 pp. Cr\$ 1.500,00
Como diz Carlos Brandão no prefácio deste livro: "Aqui, neste lugar de bichos e índios, de posseiros e agentes de pastoral — militantes armados de palavras em luta — a poesia de poetas do povo e com o povo quer compreender a história. Quer transformar o destino da história. Quer decifrar a vida e o compromisso. Vir a ser com o posseiro, com o lavrador do Norte, um irmão de destino. Não nos iludamos. As beiras do rio estão cheias de história. Dela falam estes poetas do Araguaia. Saibamos ouvi-los."



FAÇA SEU PEDIDO AINDA HOJE

Preencha o cupom anexo à revista e junte a ele um vale postal ou cheque nominal a Tempo e Presença Editora Ltda. Envie para Caixa Postal 16082 Rio de Janeiro RJ CEP 22221.

Cadernos do CEDI 11

PEÕES E GARIMPEIROS terra e trabalho no Araguaia



Cadernos do CEDI 11 PEÕES E GARIMPEIROS. TERRA E TRABALHO NO ARAGUAIA

68 pp. Cr\$ 1.500,00
A capacidade de luta e resistência do campesinato-posseiro da região face à introdução das grandes empresas agropecuárias e ao apelo dos garimpos descobertos no sul do Pará, é o tema em discussão neste Cadernos. "O Peão Entrou na Roda", "O Fogo do Ouro" e a "Questão da Terra" são trabalhos elaborados pelas equipes de pastoral da Prelazia de São Félix do Araguaia (MT), da Diocese de Conceição do Araguaia (PA) e pela Assessoria à Pastoral Rural do CEDI, a partir de suas práticas de mobilização, organização e pesquisa junto a peões, posseiros e garimpeiros.

Aconteceu

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação
ESPECIAL 12. Abril de 1983.
Primeira Edição da Imprensa

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL/1982



Aconteceu (Especial 12) POVOS INDÍGENAS NO BRASIL/1982

108 pp. Cr\$ 1.500,00
Todas as notícias sobre os povos indígenas no Brasil no ano passado estão reunidas neste dossiê. Coletadas em mais de quarenta jornais, são precedidas de comentários escritos por antropólogos, indigenistas, além de missionários e leigos ligados ao CIMI. É uma ferramenta de trabalho indispensável para quem está comprometido ou se interessa pela luta indígena.

tempo e presença

Publicação mensal do CEDI
número 183
junho de 1983

Tempo e Presença Editora Ltda.

Diretor
Domício P. de Matos

Conselho Editorial
Elter Dias Maciel
Rubem Alves
Jether Pereira Ramalho
Heloísa Martins
Luiz Roncari

Composição
Prensa
Rua Cte. Vergueiro da Cruz, 26
Tel. 280-8507

Fotolito e Impressão
Clip — Rua do Senado, 200
Telefone 252-4610

Pedidos em cheques para
Tempo e Presença Editora Ltda.
Caixa Postal 16082
22221 — Rio de Janeiro — RJ

CEDI
Centro Ecumênico
de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98 Fundos
Telefone 205-5197
22241 — Rio de Janeiro — RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone 66-7273
01238 — São Paulo — SP

Editor
Elter Dias Maciel

Redatores
Carlos Cunha
André A. Toral
Luiz Roncari

Programação Visual
Anita Slade
Martha Braga

Arte final
José Roberto Gouvêa

Produção Gráfica
Roberto Dalmaso

Assinaturas e Expedição
Valéria Carrera Roura

ERRATA

No número 182 de maio de 1983, na foto da página 13, onde se lê "A reeleição de D. Aloísio" leia-se "A reeleição de D. Ivo".

A confissão de fé fundamental que nos transmitem os Evangelhos — Jesus Cristo, a vida do mundo — será o tema da VI Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas a realizar-se em Vancouver, Canadá, em meados deste mês de julho.

A escolha deste tema não foi aleatória. Desde sua criação em 1948, mas especialmente nos últimos vinte anos, o CMI, interpretando a prática global de suas Igrejas Membros, tem assumido com intensidade cada vez maior uma perspectiva ecumênica que ultrapassa o mero diálogo intereclesial para concentrar-se naquilo que é a razão de ser mesma das Igrejas: sua missão de proclamar ao mundo por palavras e ações concretas as Boas Notícias de Jesus Cristo (MC 16.15).

A afirmação do ecumenismo, nestes termos, levou o CMI a uma reflexão e ação permanentes sobre as situações regionais e globais por que tem atravessado a humanidade até aqui, oferecendo subsídios para o trabalho das Igrejas, propiciando trocas de experiências entre Igrejas de diferentes regiões sob os mais variados temas e situações humanas, e permitindo a formação de uma significativa solidariedade das Igrejas entre si e destas com situações de povos, nações e grupos sociais, vítimas de toda sorte de opressão.

Jesus Cristo — a vida do mundo é, pois, uma reafirmação de fé na unidade da Igreja, que passa pela unidade do mundo. Este é o objetivo da ação das Igrejas, justamente pelo fato de estar dividido. Como as Igrejas são também expressão deste mundo — refletem as contradições que separam os homens — sua unidade só será possível na medida em que as situações humanas caminharem para a

superação de suas divisões e uma nova ordem for arquitetada, permitindo a manifestação plena da justiça, do direito, da liberdade, da real democracia entre os povos e as nações. Enquanto isto não acontece as Igrejas devem ser instrumento de instauração do Mundo Novo — expressão histórica do Reino.

Retomar, pois, a secular afirmação de fé da Igreja neotestamentária num mundo que só conhece a opressão, a violência, a injustiça, a falta de liberdade e as ameaças de destruição total, significa afirmar a vida contra os poderes da morte, fazer um chamamento a todas as Igrejas para as reais dimensões de sua missão e alertar o mundo para a gravidade dos perigos a que foi levado a correr. Especialmente a partir da V Assembléia, realizada em Nairóbi, Quênia, o CMI, no desenvolvimento de sua ação ecumênica, orientou seu trabalho no sentido de fazer frente aos graves conflitos que atravessam a sociedade humana dedicando tempo, esforços e recursos na afirmação categórica da necessidade da paz, conclamando as Igrejas para uma luta decisiva contra todas as formas de racismo e violações dos Direitos Humanos, para a denúncia permanente das grandes injustiças sociais e das fontes que as geram. Ao mesmo tempo desenvolveu programas e estudos para demonstrar exigências evangélicas de uma Igreja solidária com os pobres, convocou as Igrejas filiadas para um esforço no sentido da criação de uma comunidade conciliar de modo a permitir uma melhor manifestação da unidade dos cristãos.

Estes esforços além de outras ações localizadas e programas específicos giraram sempre em torno de duas realidades humanas que, nos Evangelhos são elementos centrais da

pregação de Jesus: a realização da justiça e a questão do poder. Para nós que vivemos numa região do Terceiro Mundo estas orientações assumidas pelo CMI têm uma enorme importância de vez que vêm ao encontro de situações muito concretas que são o pão cotidiano da imensa maioria de nosso povo. Justiça, poder, liberdade, participação, democracia são aspirações ainda não realizadas que muitas vezes são vistas como utopias inalcançáveis para muitos setores de nosso povo. Quando as Igrejas, num esforço de fidelidade arrancam estas aspirações do coração mesmo do Evangelho, abrem para esse povo uma perspectiva nova, ressuscitando a esperança que o ajuda a reafirmar a Vida apesar das formas de morte em meio às quais vive.

Nessa trajetória, no entanto, o CMI tem enfrentado grandes dificuldades. As divisões por motivo de raça, classe, interesses, culturas, etc. que atravessam todas as sociedades também recortam as Igrejas, dividindo-as ainda mais, ou seja, no interior das Igrejas que o compõem, e dentro dele mesmo, se chocam também os interesses que dividem os homens.

A Assembléia de Vancouver, por isso, experimentará contradições, disputas e choques de interesses, pois ninguém se compromete com o amor, a justiça e a liberdade cristãs impunemente. Fazemos votos de que as forças eclesiais identificadas com uma visão radical do Cristo e com as formas eclesiais que o Espírito está fazendo surgir hoje em tantas partes superem as possíveis representações dos poderes deste mundo e, com isso, a intenção fundamental de confissão da Vida seja um testemunho fiel da unidade — em Cristo.

Salvar a fábrica: a nova palavra de ordem dos operários?

Heloisa de Souza Martins

O depoimento angustiante de dois trabalhadores de uma fundação que contam como tentaram, através de uma comissão de fábrica, gerir a empresa por conta própria, uma vez que tinha sido dada como falida e praticamente abandonada pelos seus donos. Narram as dificuldades e obstáculos que enfrentaram, sem nenhum apoio, financeiro ou político (em pleno governo Montoro, de oposição!), até chegar a repressão e...

A crise econômica atual e os altos índices de desemprego têm ameaçado os dias e as noites dos trabalhadores brasileiros. A cada momento, notícias de levas de dispensa nas grandes empresas — porque nas pequenas nem chegam a transpirar — encostam mais ainda os trabalhadores nas paredes do medo e da angústia. Medo de perder o emprego, de não conseguir nova colocação, de ver o parco dinheiro do FGTS ir sumindo e a angústia de não poder garantir a sua sobrevivência e da família.

O medo faz com que tentem de várias maneiras evitar a dispensa. No trabalho se dedicam cada vez mais, “largando o couro” na máquina, mostrando serviço para que os “homens” não os coloquem na próxima lista. E, principalmente, passam a identificar, mais intensamente, a sua segurança no emprego com a estabilidade financeira da empresa. Neste momento, a idéia do “pacto social” torna-se uma realidade: ajudar a salvar a empresa, colaborar com o patrão no momento de crise, significa garantir o emprego.

Esta experiência foi feita por cerca de 300 operários da Fundação Munck,

localizada no km 25 da via Raposo Tavares, no município de Cotia, em São Paulo. A empresa pertence a um grupo que tem capitais investidos no setor de fundição, equipamentos hidráulicos, agrícolas e florestais, de navios (com matriz na Noruega), e no setor agro-pecuário. Além das sete empresas que o grupo tinha no Brasil (em 1982), ainda mantinha unidades na Argentina, México e falava em instalar uma subsidiária na Colômbia. Com um capital social de 3 milhões e meio de dólares, um faturamento de 26 milhões de dólares e patrimônio líquido de 153 milhões de dólares, o grupo começa a fechar algumas de suas unidades e enfrentar dificuldades financeiras. É o caso da Fundação Munck de Cotia.

A história dessa crise e da luta dos trabalhadores para receber os seus salários atrasados e garantir o seu emprego é relatada neste depoimento dado por dois operários, que trabalharam na fundição até 2 de maio passado.

Heloisa de Souza Martins é professora da Universidade de São Paulo e assessora do CEDI.

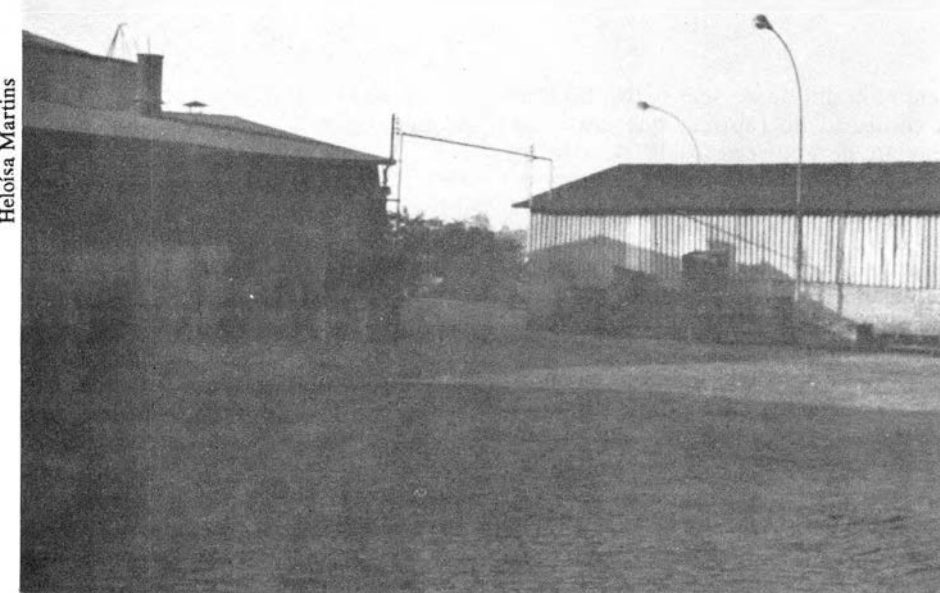
A PRIMEIRA GREVE

A Munck começou a atrasar o pagamento, isso foi em novembro, dezembro, e ia para o terceiro mês, que era janeiro. Nós paralisamos em 21 de janeiro, ficamos treze dias parados, pelo atraso de dois meses de pagamento, a segunda parcela do 13º salário e pelos dezessete meses de FGTS que a empresa não tinha depositado. Daí ficamos sabendo que o sindicato fez uma reunião a portas fechadas com a diretoria da firma e chegou com uma proposta: da firma entrar com 15 milhões para pagar a metade dos atrasados, no ato.

Mas na noite anterior, antes da gente receber essa proposta, quando estávamos de plantão na firma, chegaram doze elementos do sindicato dizendo que era da diretoria. Falaram que tinham recebido um telefonema do Murilo Macedo dizendo que se nós não voltássemos imediatamente para o trabalho, iam botar a polícia e botar nós para fora da fábrica. No dia seguinte, quando o sindicato chegou com a proposta, o pessoal da fábrica tava meio cismado com a polícia e aceitaram a proposta. Não foi uma proposta aceita cem por cento, no mínimo cinqüenta por cento aceitou. Tudo bem, o pessoal concordou, pegou esses 15 milhões no ato e começaram a trabalhar. O restante seria pago a partir de 7 de fevereiro: na primeira semana entrariam 7 milhões, na segunda 8 milhões e a partir da terceira, 9 milhões, até normalizar o pagamento em atraso.

Nesse mesmo dia em que foi aceita a proposta, foi eleita uma comissão de quatro elementos que devia verificar junto à diretoria da Munck sobre como levar o pagamento do pessoal para a fábrica.

Na primeira semana, já não houve os 7 milhões, tinham 5 milhões guardados. O pessoal concordou em receber esses 5 milhões. Na segunda semana, ia entrar 8 milhões, com dois seriam dez. Não tinha esses dez, tinha apenas cinco. O pessoal pagou esses cinco novamente. Na terceira semana, já não tinha mais nada, que eram os 9 milhões com mais quatro, dariam treze, mas não tinha nada. Esperamos até a sexta-feira, mas não arrumaram o dinheiro. Na quarta-feira de manhã, falaram que à tarde ia sair o dinheiro. Chegou às 6 horas da tarde, o paga-



Fundição Munck: operários assumem para garantir o emprego

mento não saiu. O pessoal então fez uma assembléia e partiram para a greve novamente. Para essa greve foi eleita essa mesma comissão já formada, para discutir problemas do pessoal parado. Chegou-se à conclusão, então, que nós teríamos que procurar as autoridades maiores para ver se teria alguma solução. Porque nesse momento aí já não se tinha mais matéria-prima para se trabalhar.

OS TRABALHADORES RECORREM AO SECRETÁRIO DO TRABALHO

Em março, depois da posse do novo governo, nós fomos até a Secretaria do Trabalho. A idéia de ir à Secretaria foi da comissão, que de tanto telefonar para o secretário conseguiu ser atendida. Nossa idéia era ir lá e contar os problemas que vinham acontecendo na Munck. Mas lá nós ficamos sabendo de outras coisas. A partir do momento que nós concordamos em voltar ao trabalho, depois da greve de janeiro, a Mercedes veio e tirou todos os modelos dela de peças. Ficamos só com a Volkswagen, mas como a Munck pré-faturou as duplicatas da Volks que ela tinha nas mãos, antes de entregar as peças, a Volks também cancelou os pedidos com a Munck. Só negociava com a Munck mediante o pagamento daquelas duplicatas em peças. Duplicatas que a Munck tinha pré-faturado bem antes de ter entregue o pedido. Isso tudo a comissão não sabia. Quando nós chegamos ao secretário ele nos contou esse caso, ele já estava sabendo da situação. Ele falou com um diretor da Volks e soube

que a dívida da Munck com a Volkswagen era de mais de 100 bilhões de cruzeiros.

Nós então pedimos ao Almir Pazzianoto, Secretário do Trabalho, que ele conseguisse junto ao Banespa esses 100 milhões para a gente reiniciar o nosso trabalho. E que o empréstimo só fosse dado se não houvesse dispensa de funcionários. Foi marcada uma segunda reunião, com a presença da comissão, de diretores da Munck e um diretor do Banespa. Mas chegando lá, a Munck disse que não tinha capital de giro para movimentar a firma e se negou a negociar com o Banco. A própria diretoria do Banespa concluiu que pelas sujeiras, pelas dívidas do grupo, não podiam conceder o empréstimo, a não ser que um dos diretores tivessem em seu nome um imóvel com o valor superior a três vezes a dívida dele. E na época, como até hoje, nenhum dos diretores tem um imóvel que corresponde a três vezes o valor da dívida da Munck. Aí então, o Antonio Toschi, diretor do sindicato, chamou o pessoal e fez uma assembléia. Explicou que o próprio secretário tinha dado um telefonema para ele, dizendo que nada podia fazer pela Munck. Que a Volkswagen não queria papo com a Fundição Munck. E a Mercedes não reabria a linha para a Munck, pois esta também lhe devia milhões em peças, de duplicatas pré-faturadas. Que não tinha solução, não tinha mais mercado. O Toschi disse que a Fundição Munck não era mais uma fábrica, pois ia falir. Aí nós perguntamos para ele o que fazer. Ele disse: cruzar os braços e procurar outro emprego, e esperar que a Munck

desse a resposta. Daí por diante ficamos sem pai e sem mãe, ficamos com a comissão dos empregados lá dentro. E nós decidimos tocar a produção.

OS TRABALHADORES ASSUMEM O CONTROLE DA FÁBRICA

Existiam peças estocadas da Mercedes e da Volkswagen e aí nós fizemos uma reunião com uma comissão da Mercedes e da Volks e eles assumiram ficar com as peças prontas. Eles receberiam as peças e o dinheiro seria pago para os funcionários que estavam com os salários atrasados, para que fosse dividido. Nós voltamos a arrumar aquelas peças, para que eles recebessem as peças em condições. A Mercedes respondeu, pagou as notas, mas a Volkswagen prometeu que descontava as notas no Banco Nacional; mas na hora que chegaram as promissórias e eles já tinham recebido as peças, eles recusaram e falaram que não podiam descontar por causa das promissórias que a Munck devia. A Comissão é que controlava tudo isso. Nós fomos abandonados pela diretoria da Munck, ficamos nós como proprietários da Fundição. Isso foi em março e abril, que nós ficamos tomando conta da fábrica. Nesse tempo não tinha nenhum diretor lá. Nem a contabilidade, os escriturários, a papelada, notas, duplicatas, essas coisas todas: compras, contas a pagar, tudo ficou na Equipamentos Hidráulicos, que fica no quilômetro 20 da Raposo Tavares. No quilômetro 25 (Fundição), só ficou o Departamento do Pessoal, mas sem ação nenhuma, pois os problemas com o pessoal era resolvido lá no 20. Quer dizer, eles abandonaram a fábrica.

Para obter as duplicatas, a gente fazia o despacho das mercadorias. Mandávamos o caminhão carregado, junto com um funcionário nosso, um rapaz que fazia parte da comissão, para pegar a duplicata e o canhoto da nota e voltava com ela na mão. Todo fim do dia nós levávamos as nossas contas e o relatório do que aconteceu durante o dia para a diretoria lá no 20.

No começo a diretoria não queria aceitar isso. Eles tinham duas linhas de crédito, que era o Banco de Londres e o Banco Nacional e nós pedimos uma linha dessa, para nós trabalharmos com ela. Eles negaram. Nós

fomos diretamente ao Banco e eles propuseram o seguinte: que a Comissão pegasse as promissórias e fosse ao Banco descontar. Mas a comissão não tinha nenhuma procuração que desse esse direito a eles; então seria falso. Inclusive eles foram ameaçados por um diretor da Munck, que se a comissão não abrisse mão de uma certa promissória, eles iam publicar em jornal que a comissão estava roubando as duplicatas deles. Aí nós procuramos um juiz para conseguir uma procuração. O juiz não deu a procuração, mas permitiu trabalhar com as duplicatas, desde que elas fossem, duplicatas quentes, que gerassem dinheiro. E tudo o que nós obtivéssemos era pra ser dividido entre todos os funcionários. E aconselhou que nós pegássemos o relatório todo o fim do dia e entregasse à fundição e tirasse um xerox para a Equipamentos Hidráulicos, e que o original ficasse com a gente, pois caso viesse a Justiça, a gente teria como se defender.

No mês de abril, acabaram as peças que eram para ser entregues. E acabou a matéria-prima, quer dizer, a necessária: carvão mineral, betonita, refratário, mas tinha sucata. Não tínhamos material para trabalhar, nem que quiséssemos. Ficamos indo lá na fábrica, conversando, tentando gerir a fábrica. Não quebramos nada, está tudo inteiro, porque se fosse para quebrar, já teríamos quebrado bem antes.

No final nós não tínhamos matéria-prima para trabalhar, não tínhamos dinheiro, não tínhamos subsídios para se alimentar. A gente só se alimentava uma vez por dia, que era na fábrica, na hora do almoço.

O sindicato veio e fez uma proposta de que a gente não tinha mais nada para fazer dentro da fábrica a não ser ficar esperando uma solução.

A SEGUNDA GREVE

No dia 9 de abril nós começamos a greve. Tentamos voltar a conversar com o Secretário do Trabalho e não conseguimos. Nós fizemos essa segunda greve porque não tinha mais jeito, fomos obrigados a fazer. Porque se tivesse condições de tocar a fábrica aos poucos, os funcionários estavam tocando até hoje. Só que sem diretoria,

sem contabilidade, sem nada. Só com a comissão de fábrica, que era a comissão de empregados lá de dentro. Nós íamos fazendo dinheiro para sobreviver, para os mais necessitados, para os pais de família de seis, sete filhos, que estão sendo despejados, passando fome. Tinha muita gente ganhando bem lá, 200, 300 mil cruzeiros por mês. Tirava dinheiro desses e dava para aquele que precisava mais. Mas a partir do momento que não teve solução nenhuma, nem entrava dinheiro, nem saía as peças prontas...

O sindicato dizia que a diretoria da Munck é que teria que correr atrás da Volkswagen para ver se reabria ou não a fábrica. Na sexta-feira, dia 29 de abril, dois diretores do sindicato se propuseram a entrar em contacto com uma firma que tem 26 por cento das ações da Munck aqui no país, para ver qual o interesse deles. Esses diretores disseram, também, que se a Munck fechasse, essa empresa podia tirar a patente e o maquinário que são dela e produzir as mesmas peças através da Sofunge. Nós ficamos aguardando um contacto com essa empresa para ter uma resposta na segunda-feira, dois de maio. Participamos da concentração do 1º de maio e quando foi na segunda-feira, dois de maio, quando os trabalhadores chegaram na fábrica de manhã, viram viaturas policiais na fábrica e policiais à paisana. Quando o trabalhador chegava na portaria o guarda dizia que quem não constasse da lista assinava o aviso prévio; os outros deviam voltar para casa e só voltar ao trabalho no dia 9 de maio. O pessoal foi dispensado, houve gente que assinou o aviso prévio na fábrica e ainda recebeu outro pelo correio. Foram demitidos 187 funcionários, com repressão e tudo. Mas a fábrica não está fechada. Não tem pedidos para serem entregues, mas vão reabrir no dia 9, com 107 trabalhadores. Isso se a Light deixar, pois não pagaram nem a luz nem a água. Esse negócio da luz foi uma força nossa. A Comissão da fábrica e o Sindicato pediu para que fosse parcelada a dívida com a Eletropaulo, que em fevereiro já estava em 18 milhões de cruzeiros. Eles concordaram em parcelar, o acordo era pagar o mês atual e uma parcela do atrasado. E nós trabalhamos mais uns três meses e não foi paga nenhuma das parcelas. O pessoal foi despedido e não recebeu nada. O pessoal que foi despedido em outubro

e dezembro não recebeu até hoje, nem sequer o atrasado.

Nós chamamos o sindicato no dia das dispensas, demoraram para vir, não tomaram a frente dizendo para o pessoal não assinar, nem convocaram uma assembleia. O que eles alegaram era que o pessoal devia assinar, que deviam ir para a justiça para tentar resolver, proque o sindicato não podia fazer nada. O próprio advogado do sindicato falou que na Justiça vai demorar de três a quatro anos. Ficar três ou quatro anos dependendo da justiça e trabalhar aonde?

Formamos uma comissão de três funcionários demitidos, ninguém elegeu ninguém, estamos indo às Câmaras Municipais, à Assembleia, procurar os parlamentares da oposição, para pedir uma orientação, uma ajuda. Está difícil juntar o pessoal demitido, pois todo mundo está cumprindo o aviso prévio em casa. E não dá para localizar todo mundo. Eles conseguiram desmobilizar todo mundo.

Mas na segunda-feira, dia 9 de maio, o pessoal vai tentar fazer um piquete na porta da fábrica, um movimento pacífico, para tentar colocar na cabeça dos 107 companheiros que não adianta trabalhar sem dinheiro. A diretoria da firma antes não tinha dinheiro para fazer funcionar a fábrica. Se não tinha dinheiro e agora tem, onde ela arrumou? E como produzir se não tem pedidos? O negócio é parar e esperar uma resolução. O que nós queremos é o seguinte: é a readmissão do pessoal porque lá fora está difícil arrumar emprego. Não dá para continuar assim, com a firma sem pagar quem está lá. Nós estamos desconfiados, sem saber se a empresa conseguiu algum empréstimo (do Banespa?), ou se venderem alguma propriedade, para conseguir voltar a funcionar.

Sabe, a gente está tão fora do ciclo da firma! Quer dizer, a firma trabalhou tão bem, que as últimas notícias que nós temos são essas que estão aí. E nós não sabemos se são verdadeiras. E nem se as histórias que ouvimos antes. Elas a cada ano se alterava, diminuía, aumentava, excluía alguma coisa, desmentia... Infelizmente, chega uma certa hora em que a gente não sabe se acredita ou não, ou em quem a gente acredita. E não acredita em ninguém, essa é que é a verdade.

MAGIA

Vamos brincar de escola. É aula de português e a professora moderninha, quer fazer seus alunos pensar. Trouxe um poema. Vai fazer as cabecinhas trabalhar. É preciso que as idéias sejam claras e distintas. Que se saiba o que foi lido. Conscientização. E diz: "Muita atenção. Vou começar a leitura." E fala, voz firme, esses sibilantes e erres escarrados. Para que os sons não enganem os ouvidos, os ouvidos não enganem a razão e a razão não engane o corpo.

*"Na noite lenta e morna, morta noite sem ruído, um menino chora.
O choro atrás da parede, a luz atrás da vidraça
perdem-se na sombra dos passos abafados, das vozes
extenuadas.
E no entanto se ouve até o rumor da gota do remédio
caindo na colher.
Um menino chora na noite, atrás da parede, atrás da rua,
longe um menino chora, em outra cidade talvez,
talvez em outro mundo.
E vejo a mãe que levanta a colher, enquanto outra sustenta
a cabeça
e vejo o fio oleoso que escorre pelo queixo do menino,
escorre pela rua, escorre pela cidade (um fio apenas).
E não há ninguém mais no mundo a não ser esse menino
chorando."*

*Terminou a leitura. Ela olha sorridente, pronta a dar a tarefa.
— Vamos interpretar...*

Flutuam, no ar, pensamentos não ditos, subentendidos.

Interpretar. Ah! Se ela tivesse dito "o giz é branco" nenhuma interpretação seria necessária. Interpretação é coisa que se diz depois de fala confusa. Luz que se acende no escuro. Este fio oleoso que escorre pelo queixo do menino, e escorre pela rua, e escorre pela cidade, é claro que precisa ser interpretado. Caso contrário uma alma desavisada chamaria os bombeiros para fazer a limpeza e

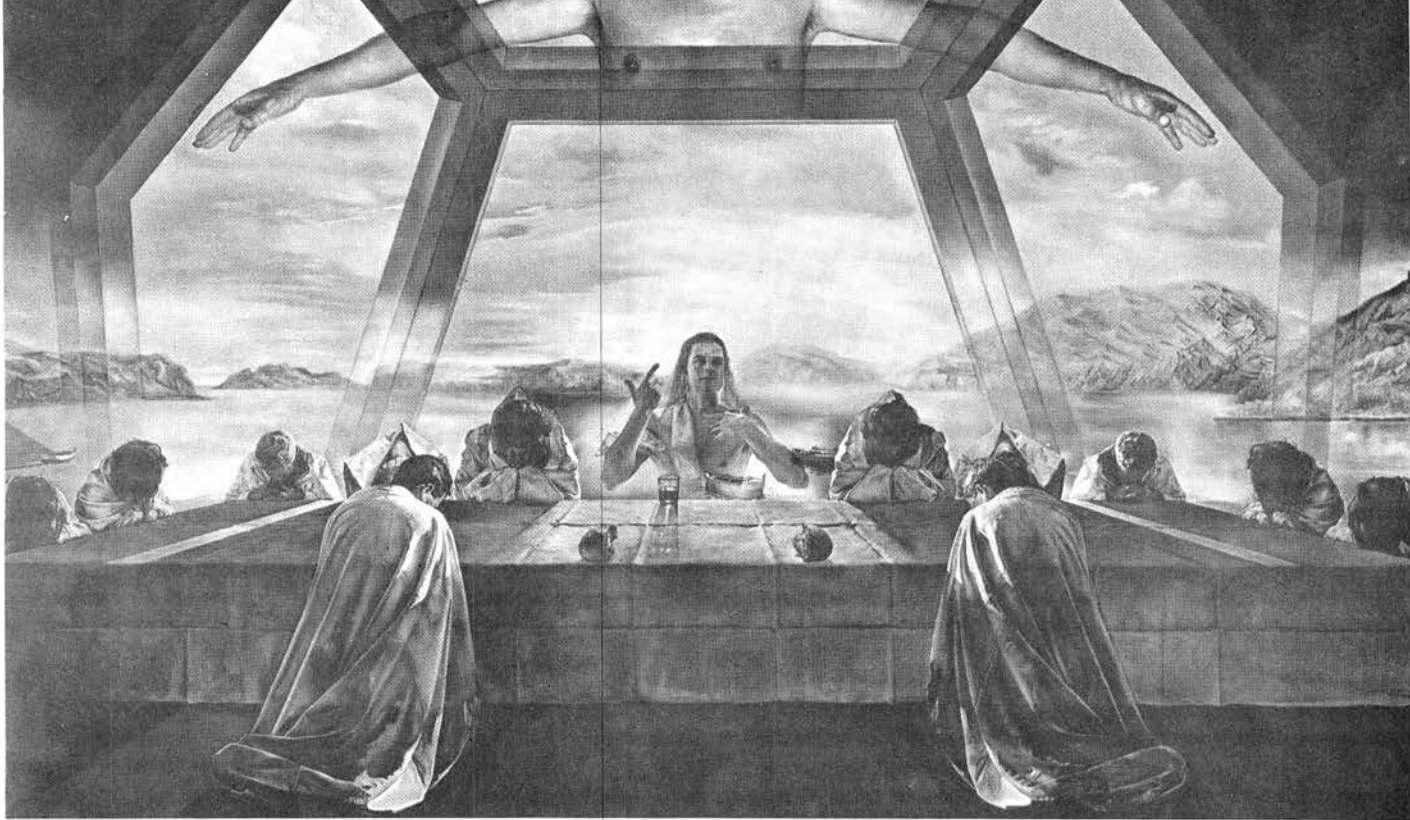
os motoristas começariam a derrapar no óleo que besuntou o asfalto. É preciso dizer que isso é figura de linguagem. Coisa dita de forma nebulosa porque o escritor, pobre coitado, não se lembrou das palavras claras e distintas. Se ele tivesse lido sobre Descartes com certeza não se teria dedicado à poesia. Preferiria o dizer científico, as análises das dores, cada coisa em seu lugar, os óleos nas garrafas e nos estômagos, e na rua os maços de cigarro embolados, os pneus, os cartões de visita caninos. Remédio oleoso é que não mora lá. Pobre poeta. Confuso. Vamos em seu auxílio, interpretações a tira-colo. Para espantar as brumas e lançar luz na sombra.

Interpretação: o poeta descreve uma cena noturna, de um menino doente que toma um remédio oleoso. Acidentalmente o remédio derramou sobre o seu queixo. Suas palavras indicam que tal cena perturbou os seus sentimentos. Tanto assim que ele tem alucinações, visões do remédio que se espalha sobre a cidade e do menino enchendo o mundo inteiro. Deve ser um pesadelo.

Ah! Como as palavras claras e distintas são melhores. Dizem as coisas tais como realmente são, sem desejo e sem emoção. Antes, ao ler o poeta, a viscosidade do remédio lambuzava as mãos da gente, e o chorinho fraco do menino torcia os nossos nervos. Mas agora, a confusão se desfez. Todo mundo sabe que o texto com palavras claras e distintas deve ser melhor que o texto confuso. Podemos, portanto, jogar definitivamente o poema na cesta de papéis e ficar com a interpretação...

Só que parece que alguma coisa se perdeu. Antes, o texto pedia para ser repetido. E eu o lia e relia, e cada vez que isto acontecia, o corpo inteiro me doía, nostalgia, nevralgia, nervosia... Ah! O poema me entrava na carne e me fazia estremecer. Agora, a interpretação se encontra na gaveta. Definitiva. Lia-se uma vez. Nunca mais. Ela não pede para ser repetida. Não desejo voltar a ela.

Coisa estranha esta, que sejam justamente as palavras obscuras e misteriosas do poema que me seduzam,



"A última ceia" de Salvador Dalí.

enquanto que as outras, por verdadeiras e precisas que sejam, me deixam inerte.

Não, poemas não são para ser interpretados. O texto claro não é melhor que o texto obscuro. Na verdade, uma idéia em neblina é melhor que duas de sol a pino. Porque as idéias de sol a pino põem fim à conversa, enquanto que as idéias de neblina convidam à troca de confidências.

Interpretar: dizer aquilo que o autor queria dizer, mas não disse. Interpretamos o poema, o quadro, a música... "O que ele queria dizer era..." A arrogância de quem sabe mais. Poemas não são para ser interpretados e nem para ser entendidos. Quem entende não entendeu. Poemas são como coisas: velhas árvores, a cuja sombra nos assentamos, sem entender. Caquês translúcidos que chupamos, lambemos, mordemos, sem interpretar. Rosto ao qual encostamos o nosso próprio, sem dizer uma única palavra clara e distinta, porque isto quebraria o encanto.

Uma vez eu estava com meu irmão. E conversávamos sobre as coisas da vida, da religião e da poesia, quando ele, de repente, me perguntou:

— Rubem, você acredita nestas coisas que você escreve?

Claro que é meio difícil acreditar, porque faz muito que briguei com Descartes, fujo das idéias claras e distintas, prefiro as palavras que deixam o leitor naquela estranha sensação de não saber se entendeu ou não entendeu, porque não é para ser entendido... Acreditar na poesia, seria isto possível? Ali, à nossa frente, estava a garrafa de vinho, o vermelho luminoso do copo eucarístico do

Salvador Dalí, muitos luares, muitas chuvas, muitos solitários pios de pássaro em cada copo. Tomei o vinho e perguntei:

— Em que é que você precisa acreditar, para tomar o vinho?

Meio espantado ele respondeu:

— Em nada, é claro. Basta o vinho. É bom, bonito, traz alegria...

Acrescentei:

— A mesma coisa com as palavras. Não é preciso acreditar. Acreditar é coisa de cabeça. Mas as palavras são coisas para o corpo. "Não só de pão vive o homem, mas de toda a palavra..." Tomamos o vinho não porque acreditemos nele, mas por aquilo que ele faz com os nossos corpos.

Para aqueles que moram no corpo, palavra é coisa que se acolhe como quem colhe a uva. Coisa para comer e beber. E ficamos com ela por aquilo que ela faz conosco. As coisas boas que ela acorda lá no fundo, a alegria, o corpo que se expande para sentir as dores e esperanças dos outros... Não foi isto que fez o poema? Sentimo-nos bem lá, no quarto, na noite, no visgo, no choro... As palavras fazem crescer o nosso corpo, crescer os nossos olhos, os ouvidos, o nariz, a boca... Tudo fica mais sensível. Odores novos, murmúrios não ouvidos, cores e gestos, mundos submarinos que agora se vêem. Dizia Gandhi e Tagore que as massas famintas esperam um poema, poema que é alimento... Dirão que é magia. Isto mesmo... Interpretação é bisturi do cérebro que retalha a palavra. E tudo fica como era. Mas o poema é palavra mágica que chama a vida que mora escondida em nós.

NOTAS DO CEDI

A convite, o nosso secretário-geral, Zwinglio M. Dias, fez palestra para cinquenta seminaristas e professores do Seminário Diocesano de Juiz de Fora (MG), sobre História e Estrutura do Protestantismo Brasileiro.

Visitou o escritório do CEDI-Rio, o Rev. Philip Morgan, secretário-geral do Conselho Britânico de Igrejas. Teve longa e proveitosa conversa com o nosso secretário-geral e depois fez contato com o nosso presidente, o bispo Paulo Ayres Matos. O propósito da visita foi tomar as primeiras providências com relação a uma reunião em julho p.v., no Rio de Janeiro, entre líderes de Igrejas evangélicas argentinas e inglesas para discutir a situação criada entre os dois países em decorrência da "Guerra das Malvinas", e buscar caminhos de atuação conjunta em favor da paz.

O secretário-geral do CEDI reuniu-se em nosso escritório de São Paulo com representantes de Instituições de Ajuda Intereclesiástica e para o Desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo, das Igrejas Reformadas da Holanda.

Visitou os escritórios Rio e São Paulo do CEDI e Rev. Tapia Leskien, representante de organismo de ajuda interclesiástica da Igreja Luterana da Finlândia.

Visitou o CEDI a Sra. Marlise Strasse, representante do Comité Catholique Contre le Faim et pour le developpement, organismo da Conferência Episcopal da França.

Visitou ainda nosso escritório no Rio, o Dr. Chistopher Rowland, professor de Novo Testamento do Jesus College de Cambridge.

O secretário-geral do CEDI fez palestras sobre o Conselho Mundial de Igrejas e a Assembléia de Vancouver para os alunos do Centro de Formação de Agentes de Pastoral do IBRADES.

Ainda Zwinglio fez palestra para um grupo de teólogos evangélicos alemães, em visita ao Brasil e que em seu país dedicam-se ao ensino religioso em escolas públicas.

Por solicitação de D. Aldo Gerna, da Diocese de São Mateus (Espírito Santo), a Equipe de Assessoria à Pastoral Rural do CEDI organizou um curso sobre "Desenvolvimento do Capitalismo no Campo", através da Profa. Neide Esterici e com a colaboração da Profa. Regina Novaes. Estiveram presentes ao curso, que durou três dias (de 16 a 19/5) cerca de cinquenta pessoas: o bispo, representantes do clero, alguns sindicalistas e agentes de pastoral.

A Equipe de Assessoria à Pastoral Rural do CEDI promoveu um seminário sobre "Coletivização no Campo", que reuniu vinte pessoas, entre representantes do CEDI, CPT, FASE, NOVA e agentes de pastoral da Diocese de Caxias (RJ). O tema mais discutido foi a experiência de "roças comunitárias" que a cpt desenvolve na região de Cachoeiras de Macacu, no Estado do RJ, que terá desdobramentos.

A mesma Equipe promoveu um encontro sobre lutas camponesas no Estado do Rio. O preletor foi José Pureza, líder de sindicatos rurais de longa experiência (desde antes de 64). Ele se fez acompanhar da esposa Morena, também participante das lutas sindicais e de Eliane Cantarino, assessora do Movimento Sindical no Estado. O encontro teve como objetivo a formação interna da Equipe.

ACUSAÇÕES À IGREJA POPULAR

Do Panamá nos chegam denúncias de calúnias que têm sido lançadas contra setores da Igreja envolvidos com os problemas das classes populares. Os ataques procedem de um "Comité pro Defensa de la Democracia en Nicaragua, Panamá y América Central", que tem como chefes visíveis o Sr. Dulcídio Gonzalez, presidente do Conselho Nacional da Empresa Privada e dirigente do Partido Liberal e a jornalista Mayín Correa. As acusações são dirigidas, sobretudo, a grupos de sacerdotes paulinos, agostinianos e jesuítas. Em contrapartida, a Conferência Episcopal Panameña organizou o "Comité de Defensa de la Iglesia Perseguida", que visa esclarecer a opinião pública.

DIREITOS HUMANOS

O CEDI recebeu do Centro de Defesa dos Direitos Humanos (Grupo Ação, Justiça e Paz de Petrópolis) um relatório de atividades da Comissão Justiça e Paz do Paraná. No relatório consta a questão do andamento do processo do jornalista Juvêncio Mazzarollo, o parecer da citada Comissão sobre a questão do desemprego, conforme discutida na última reunião geral da CNBB em Itaici, e a situação penitenciária irregular de três estrangeiros reclusos em Curitiba.

A presidente da Comissão de Direitos Humanos de El Salvador, Marianela Garcia Villas, foi assassinada em 14 de março p.p. por tropas governistas salvadorenhas. Segundo testemunhas, seu corpo apresentava sinais de tortura. Marianela dedicou-se, ao lado de D. Romero, ao trabalho do CDHES, exercendo um papel fundamental junto às organizações internacionais em Defesa dos Direitos Humanos. Atualmente estava envolvida numa pesquisa, apurando denúncias sobre o uso de armamento químico contra a população civil.

NOVA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES

A Igreja Metodista de Mantiquira (RJ) comuncia que foi criada no local a Associação de Moradores, a partir de uma mobilização da comunidade, através da mencionada paróquia juntamente com o Colégio Estadual Monteiro Lobato e outros grupos representativos. A Primeira Assembléia Geral foi convocada para 7 de maio.

LIVROS

Saiu pela Papirus o novo livro do Prof. Carlos Brandão: "Casa de Escola — Cultura Camponesa e Educação Rural". O lançamento foi no dia 27 de maio, durante o Seminário Internacional de Educação Popular na Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP). Brandão pertence à Equipe de Educação Popular do CEDI.

Recebemos o livro "Sentença — Padres e Posseiros do Araguaia", do jornalista Rivaldo Chinem de "O São Paulo", pela Editora Paz e Terra e já à venda em todo o país. Não se trata de uma coletânea de reportagens, mas de material escrito especialmente para o livro. Trata-se de uma descrição do movimento pela libertação dos presos do Araguaia (MLPA), além de outros temas atuais. O prefácio é de D. Luciano Mendes de Almeida, que afirma: "um dos melhores conhecedores do contexto em que se deu o caso dos padres e posseiros". Além das livrarias o livro pode ser adquirido junto ao Centro de Estudos Migratórios (CEM, Cx. Postal 42-756, CEP: 04299, SP).

Estamos próximos da Sexta Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas a realizar-se em Vancouver, no Canadá. Com o tema "Jesus Cristo, a vida do mundo", esta Assembléia tem grande importância para as Igrejas Evangélicas e Ortodoxas do mundo porque lá ficam firmadas as posições teológicas e políticas que vão orientar o trabalho das Igrejas e do próprio CMI ao longo dos próximos anos. Estes dois artigos tratam desse evento. Jether Pereira Ramalho apresenta um resumo das questões discutidas em Assembléias anteriores do CMI e os desafios de Vancouver. Julio Santa Ana mostra o que pode mudar politicamente para as Igrejas Evangélicas da América Latina, a partir desta Sexta Assembléia.



VANCOUVER: acontecimento decisivo na caminhada das Igrejas

Jether Pereira Ramalho

A mais expressiva representação das Igrejas Evangélicas e Ortodoxas, no mundo, vai se reunir em Vancouver, Canadá, em assembléia, para discutir temática atual, significativa e desafiadora para todos os cristãos nos dias de hoje.

O tema da VI Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas, que se realizará de 24 de julho a 10 de agosto do corrente ano, *Jesus Cristo, a vida do mundo*, é uma afirmação audaciosa, desafiante e comprometida. Como proclamar a vida quando em quase todos os recantos do mundo as forças da morte, da injustiça e da opressão se tornam poderosas e audazes? O que essa afirmação significará para milhões de desempregados, populações famintas e subnutridas, que sobrevivem em condições sub-humanas e miseráveis? E aqueles outros milhões que a cada dia vêem aumentar o número e potência de armas nucleares e a corrida armamentista impondo o medo, a permanente ameaça de destruição e o uso de recursos incalculáveis na indústria da morte?

O tema da Assembléia também coloca questões de outra ordem. Como podemos tornar significativa a afirmação de caráter único e universal da vida em Cristo, enquanto povos inteiros têm outra visão religiosa e convivem conosco nesse esforço de lutar pela vida? Como nós, os cristãos, podemos comprovar que esta vida em Cristo é um dom que nos é dado livre e eternamente sem que nós estabeleçamos as condições? E qual o testemunho que as Igrejas cristãs têm dado ao mundo para legitimar essa inquietante afirmação quando muitas vezes e por muitos anos têm apoiado e se comprometido com forças políticas e econômicas que levam à morte e à destruição?

As Igrejas que estão filiadas ao Conselho Mundial de Igrejas, representando cerca de 500 milhões de membros, das mais importantes e significativas confissões evangélicas e ortodoxas estarão, sem dúvida, vivendo momento histórico, sem precedentes, na vida do Cristianismo. Em Vancouver estarão novecentos delegados oficiais, que ao lado dos assessores, observadores, convidados e imprensa formarão uma assembléia de mais de três mil pessoas que, durante vinte dias, sob a inspiração do Espírito de Deus, debaterão questões que dizem respeito à vida da Igreja e do Mundo.

AS ASSEMBLÉIAS DO CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS

As Assembléias tem-se constituído sempre num momento decisivo para a caminhada das Igrejas Cristãs do mundo. São acontecimentos que têm marcado, de forma incontável, a presença da mensagem de Cristo, em momentos difíceis para a humanidade.

Amsterdã/1948 — *A Ordem de Deus e a Desordem do Homem*. O CMI surgiu no momento em que o mundo se recompunha da destruição e do sofrimento causados pela guerra. Em Amsterdã, 351 delegados, de 147 igrejas, declararam que pretendiam ficar juntos e colaborar intensamente na proclamação do senhorio de Cristo.

Evanston/1954 — *Alegrai-vos na Esperança*. Seis anos mais tarde, realizou-se em Evanston, Estados Unidos, a segunda assembléia. O tema geral do encontro foi *Cristo, a Esperança do Mundo*. A conjuntura mundial exigia das Igrejas posições frente aos desafios tecnológicos, a constituição de novas nações e os desafios de novas propostas de organização social.

Jether Pereira Ramalho é coordenador da Pastoral Protestante do CEDI e participará da Sexta Assembléia do CMI em Vancouver.

Nova Délhi/1961 — *A Unidade, Vontade e Dom de Deus para a Sua Igreja*. A terceira assembléia se deu na capital da Índia, em Nova Délhi. Lá estiveram 577 delegados, de 181 Igrejas. O tema geral foi *Jesus Cristo, a Luz do Mundo*. O interesse pela evangelização do mundo constituía o âmago do movimento ecumênico e somente unidos os cristãos podiam atender aos apelos do Cristo “que sejam um para que o mundo creia”. Em Nova Délhi, o Conselho Mundial de Igrejas se ampliou consideravelmente, com a filiação das quatro grandes Igrejas Ortodoxas mundiais, de grande número de Igrejas da África e da Ásia e das primeiras Igrejas pentecostais.

Upsala/1968 — “*Eis que faço Novas todas as Coisas*”. Na Universidade de Upsala, Suécia, reuniram-se representantes de 235 Igrejas para juntos debaterem a polarização de nações pobres e nações ricas, dentro do mundo moderno, suscitando problemas de caráter político e econômico e desafiando as Igrejas a se posicionarem diante dos novos horizontes abertos pela compreensão da Bíblia e pela reflexão teológica e pelas possibilidades ecumênicas abertas pelo Concílio Vaticano II.

Nairóbi/1975 — *Jesus Cristo, Liberta e Une*. Na capital do Quênia, costa oriental da África, reuniram-se representantes de 186 igrejas, sendo 152 do chamado Terceiro Mundo, para discutir um mundo extremamente dividido que Jesus é capaz de libertar e unir hoje. Não se tratava de discutir apenas do que Cristo fez quando presente neste mundo há séculos, ou tão pouco o que promete para o futuro. É o desafio para que as Igrejas provem, por ações concretas e comprometidas com a libertação dos povos e dos homens, a promessa de Cristo.

VANCOUVER/1983 **JESUS CRISTO, A VIDA DO MUNDO** **SEXTA ASSEMBLÉIA**

Com o crescimento visível do movimento ecumênico, serão agora mais de 900 delegados, representando mais de 300 Igrejas. A cada assembléia, novas Igrejas vão se filiando ao Conselho, compreendendo que ele nunca desejou transformar-se numa super-igreja ou acabar com as confissões denominacionais, mas em ser “uma associação fraternal de Igrejas que reconhecem a Jesus Cristo como Deus e Salvador, de acordo com as Escrituras e que, em consequência, buscam responder juntas a sua comum vocação para a glória do Deus único, Pai, Filho e Espírito Santo”.

O trabalho que deverá realizar-se em Vancouver será de extrema importância. Haverá um reexame do difícil trabalho ecumênico posto em prática durante os últimos oito anos e se estabelecerá os planos para os próximos sete anos. Além das questões legislativas e dos assuntos administrativos, a assembléia é um momento de encontro dos cristãos, um lugar de Culto e de estudo da Bíblia, uma oportunidade para debater as questões mais importantes das Igrejas e do mundo, um momento para ampliar os compromissos adquiridos, recobrar o ânimo e renovar a fé.

A assembléia terá duas grandes etapas. Na primeira semana serão estudadas quatro unidades: Jesus Cristo, a Vida do Mundo — A Vida enfrenta e vence a Morte — A Vida em Plenitude — A Unidade como Sinal de Vida (Ver a Revista Tempo e Presença nº 175, do CEDI, que desenvolve esses temas a partir da perspectiva latino-americana).

Na segunda semana serão estudadas, em grupos e em plenário, as grandes questões que desafiavam as Igrejas e o mundo. Foram agrupados oito grandes temas:

Dar Testemunho em um Mundo Dividido

O testemunho é uma resposta a ação do Espírito Santo, ao Deus vivo que opera em contextos históricos e culturais concretos. Nos últimos anos, isto tem dado lugar a novas questões importantes, tais como: viver o Evangelho entre pessoas de outras religiões e ideologias, perceber nossa esperança comum, viver em solidariedade com os pobres, discutir as diversas formas de discriminação, confessar de forma concreta nossa fé comum.

Fomentar a Unidade por Meio de Atos Concretos

O movimento ecumênico está desafiado a mostrar que os desígnios de Deus para a unidade devem manifestar-se por atos visíveis. A declaração sobre o Batismo, a Eucaristia e os Ministérios já se constituiu em um passo importante. Há, entretanto, muitos outros caminhos a percorrer, o que está sendo exigência da atual conjuntura.

Desenvolver a Participação

As Igrejas, em sua forma de vida, podem dar o exemplo de uma verdadeira participação, possibilitando que todos os setores sociais participem plenamente em sua vida, seus conselhos, sua administração. A participação popular em todos os níveis de decisão das Igrejas é um desafio ainda não respondido.

A Vida em Comunidade: Curar e Compartilhar

A tendência do mundo de hoje é cada vez mais dividir. Isso nas famílias, nações e Igrejas. Temos muito que aprender para podermos viver juntos como membros da família humana, para criarmos uma verdadeira comunidade, para compartilharmos nossos recursos e para transformarmos esta sociedade.

Fazer frente às Ameaças da Paz e da Sobrevivência

A luta pela paz e pela sobrevivência tem hoje em dia uma importância crucial. A principal ameaça é o incremento do militarismo e as tensões existentes nas relações internacionais, inclusive na atual ordem econômica mundial. As forças da morte crescem a cada dia e as Igrejas não podem ficar indiferentes a ameaça tão brutal.

Lutar pela Justiça e pela Dignidade Humana

A luta por uma comunidade humana mais justa se está levando a cabo em todo o mundo. Estamos comprometidos a servir à causa da justiça e da dignidade humana. É um compromisso, fundamentado nas nossas convicções bíblicas e teológicas, que exige uma análise e uma ação em meio a tantas formas de luta: o respeito aos direitos humanos, a luta contra o racismo, a luta contra a opressão da mulher, a ajuda aos refugiados, o apoio aos movimentos populares, a solidariedade aos povos indígenas, a ques-

tão da fome no mundo, etc. Nessas lutas, as Igrejas estão sendo chamadas a trabalhar juntas em solidariedade ecumênica com os povos que sofrem.

Aprender em Comunidade

Nos últimos anos, os objetivos e métodos da educação têm sido muito questionados. Temos examinado e experimentado numerosos e diferentes sistemas de aprender e ensinar. As próprias Igrejas estão sendo chamadas a rever a vida comunitária e se constituírem em reais comunidades de aprendizagem, de ensino e de libertação.

Comunicar com convicção

A primeira pergunta é o que temos a compartilhar? Assim a seleção dos meios de comunicação, os métodos que se utilizem e os motivos que se imaginem para usá-los se farão em função desse princípio. Os estilos, as estruturas e as opções das Igrejas em matéria de comunicação estão inevitavelmente vinculados ao sistema de comunicação da sociedade em geral e refletem as divisões entre os ricos e pobres, entre o poder e a dependência.

As celebrações e os estudos bíblicos vão se constituir também em pontos altos da assembléia. As diversas confissões apresentarão as suas liturgias, os livros preparados representam as sensibilidades musicais das diversas culturas e os estudos bíblicos estarão centrados no tema comum: As imagens da vida assim divididas: O caminho da vida — O nascimento da vida — A casa de pedras vivas — O pão

da vida — O tesouro da vida — A coroa da vida — A água da vida.

ESPERANÇA OU FRUSTRAÇÃO?

O mundo inteiro estará com seus olhos voltados para Vancouver. Ao aceitar um tema tão desafiante: "*Jesus Cristo, a vida do mundo*", as Igrejas se estão comprometendo a fazer com que isso se constitua numa realidade concreta. Tal atitude vai exigir opções e decisões corajosas. Os pobres e injustiçados do mundo já estão cansados de declarações pomposas, mas sem conseqüências para as suas vidas. Teremos que responder da mesma forma como Cristo respondeu aos discípulos de João quando lhe foram perguntar se era realmente o Cristo ou haviam de esperar outro: "Ide, e anunciai a João o que estais ouvindo e vendo: os cegos vêm, os coxos andam, os leprosos são purificados, os surdos ouvem, os mortos são ressuscitados e aos pobres está sendo pregado o Evangelho". Certamente, muitos estarão fazendo hoje a mesma pergunta — estas são as Igrejas do Cristo ou teremos que esperar outra?

Vancouver vai ser um privilegiado momento para reafirmar que o Espírito de Deus está agindo no mundo apesar de todas as aparências de crueldade e opressão; que as forças da vida vencerão as da morte; que os sinais da presença do Reino de Deus já se fazem sentir, de muitas formas, fora e dentro das igrejas; e que realmente Jesus Cristo é a vida do mundo.



As Pré-Assembléias de Vancouver

AS MULHERES SÃO A METADE DO CÉU (provérbio chinês)

Este provérbio chinês expressa aquilo que todas as mulheres sabem e que devem descobrir: ou seja, que são a metade da humanidade e possuem a metade de sua sabedoria e de sua beleza, de seu conhecimento e de sua força, de sua dignidade e de sua fé.

Conscientes disso, as mulheres manifestam sua opinião sobre problemas tais como a subsistência, a justiça, a dignidade humana. Elas questionam as autoridades leigas e religiosas e descobrem uma nova teologia aberta às mais variadas e ricas expressões de fé.

Na Assembléia de Vancouver, as mulheres estarão representadas

em trinta por cento dos delegados. Mais do que nas assembléias anteriores. Haverá uma reunião de orientação preliminar para a Assembléia (20 a 23 de julho de 1983), no campus da Universidade da Colúmbia Britânica. Esperamos que a discussão, o apoio mútuo, a união no culto e na celebração as ajudem a ter uma participação ativa na assembléia e a defender a causa de uma comunidade nova de mulheres e homens na Igreja e na sociedade. O papel das mulheres na Igreja é um dos pontos mais controvertidos dos debates ecumênicos atuais. O problema se colocará, sem dúvida alguma, no curso da assembléia. A pré-assembléia será uma boa ocasião de colocar claramente o modo como as mulheres deverão abordar certos problemas.

OS JOVENS SE PREPARAM PARA A ASSEMBLÉIA

Um grande número de jovens participará da Sexta Assembléia do Conselho Mundial como delegados das Igrejas Membros, como auxiliares da assembléia, como representantes de diversas organizações de jovens, ou como membros do pessoal do CMI. Ao redor de 350 participantes são esperados na reunião da juventude que terá lugar antes da assembléia. Esperamos que esta reunião ajude os jovens a participar consciente e criativamente, a estruturar, a partir de seus problemas e experiências, uma visão comum do trabalho pela justiça e pela unidade. Deverá também permitir aos delegados familiarizarem-se com os problemas da assembléia e seu processo, no sentido de que participem plenamente no programa da assembléia. A reunião da juventude que precederá a assembléia durará quatro dias (17 a 21 de julho).

Nela se refletirá sobre os temas e subtemas da assembléia através das reflexões bíblicas e dos serviços religiosos comuns, e se estudarão os problemas que serão apresentados na assembléia, partindo de experiências pessoais. Haverá também um intercâmbio entre as regiões que se realizará por meio de discussões de grupos e de uma exposição regional. Os problemas canadenses serão apresentados através de um programa prático que prevê levar grupos de participantes aos arredores de Vancouver para realizarem encontros com jovens comprometidos em problemas jurídicos. A discussão principal se consagrará na reflexão sobre o movimento ecumênico da juventude e seu desenvolvimento, e servirá de base de discussão e reflexão a visão do futuro.

(Extraídos da revista do CMI "Vision 83")

UNIDADE CRISTÃ PARA AFIRMAR A VIDA

Julio de Santa Ana

Em Vancouver, capital da província da Columbia Britânica no Canadá, na costa do Oceano Pacífico, se reunirá a 6.ª Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas. Assistirão a ela mais de cinco mil pessoas, das quais pouco menos de mil serão delegados das 305 Igrejas que compõem o CMI. O resto: assessores, imprensa, visitantes e membros do secretariado executivo do Conselho Ecumênico, de uma maneira ou de outra também estarão participando do grande acontecimento. As Assembléias do CMI se realizam a cada 7 ou 8 anos; a última delas, que teve lugar em Nairobi, Quênia, no final de 1975, significou uma ratificação clara da linha assumida pelo movimento ecumênico desde 1961, em Nova Délhi, quando de maneira clara as Igrejas do Terceiro Mundo começaram a fazer sentir sua gravitação na família cristã do nosso tempo. Nesta oportunidade, esta multidão de pessoas composta de prelados, teólogos, pastores, leigos e outros virtualmente interessados na marcha da unidade cristã e no testemunho das Igrejas frente ao mundo de hoje, terão que definir o que significa participar no movimento ecumênico de nosso tempo.

O MOVIMENTO ECUMÊNICO NA OIKOUMENE

O Conselho Mundial de Igrejas tem insistido, durante os últimos 15 anos, que a causa da unidade cristã não se esgota no diálogo intereclesialístico. Na realidade, tem que ver com o que acontece na *oikoumene*, ou seja com *toda o mundo habitado*. A unidade dos cristãos, portanto, não pode nem deve ser separada dos problemas que afetam toda a humanidade. Há situações históricas que dão indicações de quais são os fatores que dividem a comunidade humana. Entre estes, os mais importantes não são questões teológicas ou matizes doutrinárias entre as confissões cristãs, mas elementos objetivos tais como as estruturas de classe, raças, sistemas econômicos, tradições culturais, problemas políticos etc. As tensões e contradições que isto gera se traduzem em enfrentamentos, guerras, corridas armamentistas, que muitas vezes chegam a causar a morte de milhares de pessoas.



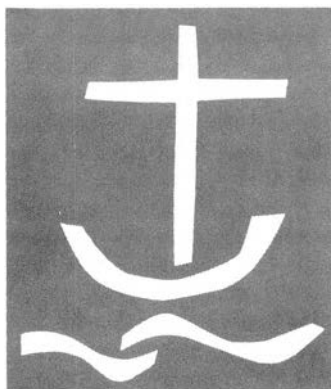
O símbolo do CMI visto por vários artistas de todo mundo.

É neste contexto que o CMI escolheu como tema para esta Assembléia uma afirmação que soa quase como uma confissão de fé: *Jesus Cristo — a vida do mundo*. Os temas das Assembléias do CMI — desde a primeira que teve lugar em Amsterdã, 1948, até a 5.ª celebrada em Nairóbi — sempre tiveram uma relação estreita com o clima espiritual no qual viviam as Igrejas. Por isso, frente à reunião de Vancouver, a pergunta que devemos fazer é: *O que significa afirmar que Jesus Cristo é a vida do mundo numa*

situação como a que estamos vivendo? Qual é a intenção dessa confissão quando estamos num contexto em que observadores analisam com pessimismo e sem muita esperança? As tensões entre o capitalismo e o socialismo, entre os países industrializados do Norte e os países de economias dependentes do Sul, entre as classes sociais no interior da maioria das nações, assim como também entre raças e culturas, estão chegando a níveis insustentáveis em nossa época. Prova disto é a multiplicação de conflitos: Oriente Médio, América Central, África Austral, são indicadores da gravidade das contradições que vive atualmente a *oikoumene*. A isto é necessário acrescentar outras tensões que não é possível aqui enumerar exaustivamente; apesar disto, não podemos deixar de indicar os problemas que estão sendo gerados pela crescente tendência ao desemprego nas economias de quase todas as nações, assim como também todo o complexo de questões relacionadas com o aumento quantitativo e qualitativo da pobreza do mundo. Resumindo: quando se observa o que ocorre no mundo de hoje, os sinais são de morte antes que de vida. É como se houvesse uma afirmação de necrofilia, antes que de amor pela vida.

Apesar disto, na reunião do Comitê Central do CMI, em julho de 1980 (Genebra), se decidiu que o tema da Assembléia de Vancouver devia ser uma confissão de Jesus Cristo como vida do mundo. Afirmar isto no contexto apresentado sumariamente no parágrafo anterior supõe confessar com dificuldade que o Deus em que creem os cristãos é um Deus vivo, frente ao qual não poderão subsistir os poderes da morte e da injustiça. Neste sentido, a 6ª Assembléia do CMI se encontra numa linha que pode ser definida como fundamentalmente bíblica: o Deus da Palavra que dá a base da fé dos cristãos é um Deus que afirma a vida, que apela àqueles que creem nele ao optar pela vida (Deut. 30:15-20), que move a luta contra os poderes da morte (Efes. 6:10-18).

Cabe perguntar até que ponto esta decisão dos responsáveis pela linha de ação do CMI não está tomada de idealismo. É possível dizer que Jesus Cristo é a vida do mundo no meio das aterradoras manifestações da morte no mundo em que vivemos? Nos parece que antes de falar de um possível idealismo ou ingenuidade do CMI deveríamos reconhecer que há na postulação do tema da 6ª Assembléia em Vancouver, um verdadeiro ato de fé. No fundo, o que o CMI está procurando é afirmar a vida com toda a força como foi afirmada na pessoa de Jesus Cristo. Tendo em conta a orientação do Conselho Mundial de Igrejas durante os últimos anos (afirmação da necessidade de paz, luta contra o racismo, exigência de uma igreja solidária com os pobres, denúncia de grandes injustiças sociais e quem as geram, busca de uma comunidade conciliar entre as Igrejas que as leve a expressar melhor a unidade cristã etc.), o tema da Assembléia de Vancouver aparece com a intenção de colocar às Igrejas na tradição do Bom Pastor, de Jesus mesmo, quem no cuidado dos homens e mulheres não teme enfrentar os ladrões (os poderes que atuam na sombra e que procuram "roubar, matar e destruir") para assim poder dar aos seus "vida, e vida em abundância". (João 10:10)



Afirmar que Jesus Cristo é a vida do mundo hoje, optar pela vida hoje, nos leva a assumir posições definidas em favor da paz, em favor dos direitos humanos, em favor da satisfação das necessidades humanas básicas de todos os homens e mulheres que compõem nossas sociedades. É, entre outras muitas coisas, procurar que haja trabalho para todos, comida para todos, educação para todos, casa digna para todos, saúde para todos, segurança social para todos... Isto parece ser, portanto, uma postura militante frente àqueles poderes que estão transformando muitas das sociedades de nosso tempo em terrenos de enfrentamento, ou em lugares onde a dignidade humana quase não tem valor.

Ao assumir esta posição, o CMI afirma também, de novo em coerência com as posições fundamentais da Bíblia, a supremacia da vida sobre o espírito. Porque como afirmou o apóstolo Paulo em sua epístola aos Gálatas, viver desta maneira é manifestar os frutos do Espírito: "caridade, alegria e paz, generosidade, compreensão com os demais, bondade e confiança; mansidão e domínio de si mesmo" (5:22). Parece-nos importante ressaltar este aspecto, especialmente no momento em que tanto furor se criou contra a ação do Conselho Mundial de Igrejas, que chegou a ser o alvo de ataques injustificados por parte de importantes órgãos da imprensa, tal como é o caso das *Seleções de Reader's Digest*. É evidente que os que atacam o CMI deixam de ver este aspecto profundamente espiritual de sua ação.

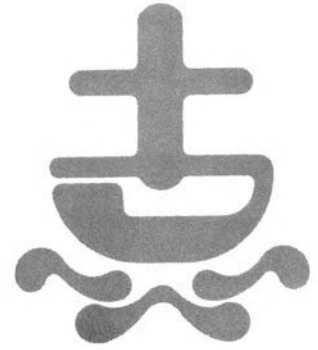
A ASSEMBLÉIA DE VANCOUVER E SUA DIMENSÃO POLÍTICA

É evidente, de todos os modos, que as opções do CMI tem uma dimensão política. De fato, todas as opções das Igrejas, inclusive aquelas que se pretendem apolíticas, sempre tem uma nota de caráter político. Certamente, não se trata da política "partidária", mas daquela que se relaciona com a orientação de nossas sociedades, com a definição de suas metas e de seus valores. O Conselho Mundial de Igrejas nunca escondeu que sua ação tivesse esta dimensão, o que além disso é próprio de toda ação que gera uma teologia válida e atual.

Em Vancouver, as Igrejas vão discutir o que significa “o dom da vida”, “a afirmação da vida diante das ameaças da morte”, “a vida em comunidade”, e “a vida em unidade”. Cada um destes subtemas sobre os quais se desenvolverá a discussão do tema geral da Assembléia, tem implícitas conotações políticas. E isto, por outro lado, será corroborado pela discussão das “questões” que foram trabalhadas em profundidade pelo CMI nos últimos dez anos. Entre elas merecem especial atenção as seguintes: em primeiro lugar, a questão da *justiça*, em torno do qual se entrelaçam estreitamente assuntos que se referem à luta contra os fatores que criam injustiça e pobreza em nossas sociedades, como a luta contra o racismo e as violações dos direitos humanos. Em segundo lugar, a questão da *paz*, que é uma das grandes prioridades de nosso tempo. O CMI tem reiterado claramente desde os últimos 5 ou 6 anos que a afirmação autoritária da segurança nacional leva à insegurança os habitantes daquelas sociedades onde a segurança nacional se baseia num alto custo social. A questão da paz e da segurança dos povos exige mais do que nunca uma atitude positiva frente à necessidade do desarmamento. E, o que é mais importante, não pode ser separada da busca da justiça. Em terceiro lugar, muito relacionada com as questões recém mencionadas, está a questão do *poder*. Nossas sociedades são testemunhas de aventuras totalitárias e autoritárias, algumas delas geradoras de efeitos profundamente negativos para os homens e mulheres que delas tem que padecer. Neste contexto, o CMI tem afirmado a necessidade da participação dos setores populares em processos de tomada de decisão sobre assuntos que os afetam diretamente. É, evidentemente uma questão difícil. No entanto, também é inevitável: de sua resolução depende a definição da democracia em nosso tempo. Em quarto lugar, está a questão relativa ao próprio ser da Igreja: *o que significa ser comunidade-povo de Deus em nosso tempo?* É evidente que, segundo a Bíblia e os fundamentos da fé cristã, todos têm espaço na Igreja. No entanto, a história nos permite observar que por muitos séculos, os pobres e os humildes não foram levados em conta quando as Igrejas formulavam suas estratégias evangelizadoras e suas linhas de ação pastoral. Hoje, a presença dos pobres e a dramaticidade dos problemas que os afligem leva a recolocar este assunto, que não tem só uma dimensão eclesiológica, mas também política. Porque procurar uma Igreja-povo de Deus em nosso tempo, supõe também procurar uma sociedade justa, participativa e viável para o mundo em que vivemos.

A ASSEMBLÉIA DE VANCOUVER E AS IGREJAS DA AMÉRICA LATINA

O número de Igrejas Latino-Americanas que aderiu ao CMI é pequeno: são apenas 28 Igrejas; ou seja, um pouco menos de 10% do total que compõe o Conselho Mundial de Igrejas. No entanto, entre elas aparece fortemente a vertente pentecostal, o que junto com a tradição ortodoxa, e das Igrejas tradicionais da Reforma Protestante, e das Igrejas Evangélicas livres, oferecem o quadro total das Igrejas nos dias de hoje. É verdade que, infelizmente, a Igreja Católica Romana não é membro do CMI; e por



certo, não será por muito tempo (não entra no horizonte de nossa época que a Igreja Católica Romana formule a solicitação para chegar a aderir ao CMI. Embora também seja verdade que o Secretariado para Promoção da Unidade Cristã da Santa Sé participe de reuniões de alguns Departamentos do CMI).

Nesta situação, as Igrejas da América Latina, e especialmente as Igrejas pentecostais, podem contribuir de maneira significativa na vida do Conselho Mundial de Igrejas e em seus esforços em favor da unidade cristã no contexto de um mundo desunido. São Igrejas que em sua maioria estão constituídas por setores populares. Por isso mesmo, elas podem introduzir no debate e nas reflexões da Assembléia de Vancouver as aspirações e perspectivas desses setores. Entre estes mencionamos especialmente a luta contra os fatores e forças que geram pobreza em nossos países, assim como também a luta pelos direitos humanos.

Mas, da América Latina há algo mais: a nível de base, em torno de comunidades que compartilham lutas e esperanças, vai tomando forma um ecumenismo popular. Nos espaços sociais em que os católicos e evangélicos compartilham aspirações, reivindicações, sofrimentos, e nos que também oram juntos e celebram juntos os símbolos da fé, a unidade cristã é parte da unidade do povo. Esta dimensão da vida ecumênica, tipicamente, deveria ser levado em conta a Assembléia de Vancouver. Isto depende, em grande medida, do modo como as delegações das Igrejas latino-americanas em Vancouver se farão sentir para o resto dos participantes da Assembléia.



Júlio de Santa Ana é teólogo metodista de origem uruguaia, trabalhou no Conselho Mundial de Igrejas como diretor da Comissão de Participação das Igrejas no Desenvolvimento. Atualmente reside no Brasil, São Paulo, lecionando no Instituto Metodista de Ensino Superior. É secretário-executivo do CESEP e participa da Pastoral Protestante do CEDI.

Carlos Rodrigues Brandão

Esta é uma poesia que emerge aos pedaços por entre os espaços tradicionais dos livros raros e caros da literatura. Uma poesia impressa sem luxo, em pequenos folhetos que não ficam em pé nas estantes, mas cabem bem no bolso de trás da calça de qualquer um. Ou a poesia que cada vez mais se publica a baixo custo, mimeografada nos volantes ou reunidas à mão num novo tipo de escrito de cordel. Quantas vezes tenho lindo incontáveis poemas como estes Oito Poemas, versos-impressos, ditos entre companheiros da cidade e do sertão, passados de boca em boca antes de serem os volantes baratos de editora-sem-nome; escritos que circulam entre muitas mãos pelos muitos silêncios de todos os tipos de trincheiras que há, para as muitas lutas e militâncias exercidas pelo povo e seus poetas, contra o exercício maldito da opressão.

Esta fala de pobre, escrita em folheto de esquina, é a que reiventa a poesia que assusta aos poderosos, porque revela que os “fracos” têm a sua fala, e quem fala de repente a sua verdade, recria a força com que se liberta um dia. Esperanças de que Cardenal fez os seus cantos de amor e ódio, nos tempos mais escuros de um povo que se salvou. E de quem Regis de Moraes disse:

Era a história movendo nossos braços
como o barqueiro move o remo nágua.

Estes poemas foram extraídos do livro *Oito Poemas para o Visionário*, de Regis de Moraes, PUC/Campinas, 1980, inspirado na figura do monge/poeta nicaraguense, Ernesto Cardenal.

NUESTRO DOLOR

*Devo deixar para depois
minha pergunta mais fundamental
a que me discute o coração.
Pois não cabe nenhuma temperança
nesta hora em que risca meu caminho
a tua falta de pão.*

*Olho-te. Nas mãos
carregas o peso do vazio
e a lágrima que escondes no silêncio
grita medonho no meu coração.
Todo o verso se torce entre os meus
dedos
na hora em que distingo
a tua falta de pão.*

*Carrego umas antigas discussões
nas quais o próprio ser se desfigura
e fico exausto de tanto decifrar
o enigma de Deus e a luz de terra
que fazem sombra no meu coração.
Devo porém deixar para depois
tudo o que afasta meu olhar
da tua falta de pão.*

*Olho-te. Em tua fome
morre o vigor das coisas transcendentais.
O mundo se contorce nos teus dentes e
hoje
toda a História se imobiliza na tua boca
deserta.*

*Tuas artérias uivam. Há um mapa
que se estende sobre o teu destino
e te aflora no rosto
como o país do escândalo.
Ficas feio e estragado, oh como ficas,
em tua falta de pão.*

*Não fujas para os bolsos da madrugada
escondendo essa fome e silenciando o
rancor.*

*Preciso ver-te assim mesmo
sentir na boca o soco de te ver
e, destinando ao depois minha pergunta
— a minha mais fundamental pergunta,
a que dirijo às mãos do coração —
fazer alguma coisa que te livre
alguma coisa boa que nos livre
da tua falta de pão.*

ORAÇÃO POR BILL E JUAN

*Senhor
explica o que se passa a Bill e Juan.
Um dia pedi que atendesse Marilyn
Monroe ao telefone
na hora em que a vida a empurrou
para o seu cofre escuro. Na hora
em que num último lance
tenta-se discar o número ignorado.
Volto a pedir-te por dois outros
que rodam em sua nebulosa de
equivocos.*

*Bill chegou num jato (suponho).
Não veio como encarnação da CIA
ou dono da fome espúria
da televisão ABC.
Chegou num jato (suponho)
para uma tarefa de mais violência
silenciando a necessidade de trabalhar.
Apenas um rapaz de roupa branca
na porta do hotel. Pouco tempo de sua
vida
valia por um terremoto.*

*E Juan. Morto por saber Inglês
a acompanhar o moço tristonho de
roupa branca.*

*Juan vendeu o que sabia
sem traições. Era (suponho)
um homem sonhador
ligado como todos à sofrida família.
Apenas um rapaz de roupa parda
na porta do hotel. Muito de sua vida
fora esperar e esperar.*

*Senhor
ergue do chão do meu país
o peso desses corpos.
Lá está Bill no meio da estrada
restos de rostos no chão.
Juan Espinosa perto das árvores
uma sombra que atormenta as sombras*

*Recolhe Senhor
estes sacrifícios para que não sejam em
vão
e sobretudo explica o que se passa a
Bill e Juan.*

*É preciso que saibam
de como fica louco e absurdo
o amor que se desentende.*

*Um dia abri meu caderno amarelado
onde aninho um a um os desesperos
e ali escrevi dois nomes.
Bill Stewart e Juan Espinosa.*

COLETIVIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

As transformações sociais no campo, desencadeadas sob a égide de governos revolucionários, tem colocado sempre problemas relativos ao processo de socialização dos meios de produção. As experiências de “roça comunitária” no Brasil, realizadas por iniciativas de Igrejas suscitam também dificuldades da mesma ordem. No artigo “Coletivização e Reforma Agrária”, Neide Esterci discute a questão da propriedade camponesa face aos projetos de mudança mencionados.

Se a criação do “homem novo” depende da construção de novas relações sociais de produção, a muitos parece que a primeira providência num processo de transformação deva ser a de instituir amplamente o trabalho coletivo e a colocação em comum de todos os meios de produção. Na base da proposta, o combate ao individualismo, ao egoísmo e às desigualdades sociais resultantes da propriedade privada e da exploração de uns homens sobre os outros. A expectativa de alcançar uma sociedade justa e participativa é, por certo, muito cara aos que aderem à necessidade dessas transformações, mas a pressa de atingir as metas visadas tem muitas vezes atropelado os melhores projetos com medidas autoritárias e discriminatórias, frontalmente contrárias ao propósito inicial. Imperativos de aumentar a produção, aliados aos desígnios de deter o controle sobre o processo em curso, agravam os riscos de apelo aos caminhos mais curtos. Foi assim na Revolução Russa, nos anos do stalinismo. O confisco dos bens dos camponeses mais abastados, as prisões e deportações dos que se opunham a entrar nas novas unidades coletivas de produção não resultaram na esperada adesão em massa ao projeto coletivista. Pelo contrário, ao final de alguns anos assistiu-se ao êxodo maciço de camponeses de todas as camadas, frustrados em suas aspirações, não compreendidas pelos dirigentes do processo. Entre estas, a manutenção de parcelas individuais onde a família pudesse cultivar livremente, e o acesso a fontes de renda não sujeitos às regras de redistribuição da unidade coletiva.

No Brasil as roças comunitárias são exemplos isolados de iniciativas da coletivização no campo.



Giuseppe Dall'asta

No Brasil, a proposta mais difundida, que nas condições atuais fazem os trabalhadores rurais e seus aliados no sentido da transformação das relações vividas no campo, é a de uma Reforma Agrária que amplie, substancialmente, o acesso do pequeno produtor ao uso e a propriedade da terra. Existe, pois, uma diferença básica entre esta proposta e aquela encaminhada sob a égide de governos revolucionários dos quais nos aproximamos, no início do artigo, através do caso russo: é que a propriedade privada não está em questionamento a não ser em função do seu uso indevido do ponto de vista da justiça social e mesmo da racionalidade econômica. Uma proposta deste tipo pode ser interpretada, na verdade, como uma defesa do direito à propriedade em benefício dos que tem sido impedidos de atualizar esse direito.

POR QUE COLETIVIZAÇÃO?

Se a questão para nós se coloca nestes termos, porque trazer a tona o problema da coletivização tão distante da luta dos trabalhadores rurais por melhores condições de vida e trabalho?

No contexto mais amplo, de América Latina, o tema tem, por certo, implicações mais óbvias: o Chile não digeriu ainda sua experiência de Reforma Agrária e Coletivização abortada pelo golpe de 73; de Cuba se tem apenas umas poucas indicações de resistências por parte do campesinato e estímulos por parte do governo, para que se incorporem ao sistema coletivo de produção; e a da Nicarágua, não fosse estar no momento tão empenhada no combate e dissensões internas e à ameaça externa, talvez nos estivessem

chegando indagações mais recentes acerca dos projetos sandinistas na área rural.

Mas, voltando ao Brasil, a questão da coletivização não nos é de todo estranha. Para este setor tão importante da sociedade brasileira constituído pelos planos mais avançados das Igrejas, a noção de forjar o “homem novo” a partir das práticas comunitárias em todos os níveis, já se coloca há muitos anos. O caráter profético dessas Igrejas é que talvez as tenha feito colocar o tema, embora prematuro, da coletivização e seus impasses, quando em outros países a questão foi enfrentada já no período pós-revolucionário. Mas não é só: quem não ouviu falar e não sentiu a necessidade de conhecer melhor a experiência de Lajes e suas práticas comunitárias a nível da produção? A FASE, Federação dos Órgãos de Assistência Social e Educação Nacional, foi patrocinadora de muitas experiências de posse e trabalho coletivo, sem que a discussão acerca delas tenha jamais sido colocada num circuito mais amplo.

Em 1981, a ABRA, Associação Brasileira de Reforma Agrária, publicou uma série de análises de processos de Reforma Agrária na América Latina e no editorial se lê que a “questão de propriedade privada e individual da terra” é crucial porque para um governo popular como o da Nicarágua “a preocupação de não dividir as terras apropriadas” é fundamental, enquanto que a medida contrária de dividir terras e entregá-las a pequenos produtores individuais teria sido exatamente “a estratégia da contra reforma”, no Chile pós 73¹. Lendo os artigos, segundo a ótica proposta no editorial, é possível pinçar alguns elementos importantes acerca da coletivização, embora nem todos se ocupem mais longamente com os processos de Reforma Agrária do ponto de vista da oposição entre propriedade particular individual e propriedade coletiva.

Em 1982, o CEDI publicou em seus Cadernos, *Roças Comunitárias e outras experiências de coletivização no campo*, fruto dos debates iniciais que se travaram no ano anterior acerca de algumas iniciativas nesta área, em geral ligadas a práticas das Igrejas Católicas. Estatisticamente, o número de casos analisados não faz justiça ao conjunto das práticas experimentadas por este Brasil afora, mas as discussões que se seguiram a partir da inclusão de outros relatos, tem demonstrado serem aqueles primeiros casos representativos, e as questões levantadas recorrentes.

PARA ALÉM DAS INICIATIVAS DE IGREJA

Algumas observações que puderam ser feitas, considerando estas iniciativas isoladas das Igrejas no Brasil, vem sendo reforçadas à medida que saímos desse âmbito mais restrito das práticas das Igrejas, marcado pela ideologia religiosa, para o espaço mais amplo dos projetos de coletivização em países como o Chile, a Nicarágua e mesmo a China e a União Soviética.

Uma dessas observações, como já indicamos anteriormente, diz respeito ao empenho dos idealizadores dos projetos tendo em vista eliminar da prática e da consciência campo-



A reforma agrária nicaraguense prevê atribuição de lotes individuais e áreas destinadas a coletivização.

nesa o apego ao que entendem como “propriedade privada”; e por outro lado, à força da aspiração camponesa a uma parcela individual de terra, destinada ao cultivo familiar, isento de todo tipo de ingerência externa e conjugada a uma certa margem de disponibilidade da força de trabalho que lhe permita garantir fontes de renda próprias, derivadas do trabalho não coletivo.

O caso russo, pelo qual começamos, é por demais claro neste sentido. Em 1929, no pique de uma política de colonização em massa, evidentemente forçada, o estatuto do *artel* dizia: “... todos os limites que subdividem as propriedades dos membros do *artel* são eliminados e os lotes de terra ficam reunidos numa só unidade que será de utilização coletiva. De modo algum essa unidade pode ser privada de uma parte, por menor que seja. Está proibida a devolução das terras aos membros do *artel* que o abandonam”.²

Ademais, todo equipamento agrícola, animais de trabalho, forragens deveriam ser socializados. Como o estatuto fosse omissivo a respeito das pequenas plantações que circundavam a casa e do equipamento necessário ao seu cultivo, na prática, muitos absurdos foram cometidos, chegando alguns *artéis* a ordenar a contagem das aves de quintal. Não que a fúria contra a propriedade privada explicasse todo o desastre que se seguiu, mas certamente teve um peso grande. E é significativo o fato de que no estatuto que posteriormente foi elaborado se fizesse uma série de concessões ao que até então tinha sido considerado como “o espírito individualista do camponês”. Eram deixadas “à utilização pessoal” as terras adjacentes às casas camponesas; quando um membro deixava o *artel* podia obter alguma reposição de suas terras; abria-se uma possibilidade maior para o “uso pessoal” dos rebanhos e equipamentos agrícolas etc. Segundo a linha de nosso raciocínio estas concessões devem ter se mostrado de algum modo eficazes como respostas às aspirações camponesas, pois, introduzidas no início da década de 30, foram mantidas até os tempos atuais.

1. Silva, J. Graziano da — Editorial in *Reforma Agrária* — Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária — ABRA. Campinas, Vol. 11, Maio-Junho de 1981, ps 1 e 2.

2. Bettamim, Fábio. *A Coletivização da terra na URSS — Stálin e a “Revolução do Alto”* — (1929-1933). Rio, Ed. Civilização Brasileira, 1981, p. 56. Todas as referências ao caso da URSS foram retiradas desta obra.



“Nunca abandonemos o princípio dos lotes privados”: depoimento de um camponês de Liu-Ling (China).

Do Chile, o que se tem a mão é uma breve porém significativa referência. Diz respeito à fase da social democracia de Frei, mas à administração de um membro deste governo que se tornou depois o Primeiro Ministro da Agricultura de Allende: “Em vez de desativar as fazendas, parcelá-las e proceder à entrega de lotes individuais, a Corporação da Reforma Agrária as mantinha intactas e em produção (...) No final de cada ano, o produto do trabalho era repartido entre todos, de acordo com critérios adotados democraticamente nas assembléias... Completando os três anos, decidia-se, mediante votação, a modalidade definitiva da exploração da fazenda entre três alternativas principais: exploração coletiva por meio de uma cooperativa de produtores; exploração individual mediante parcelamento da unidade em “lotes familiares”; ou exploração mista, caso em que cada (um) recebia um pequeno lote individual, adjudicando-se o grosso da terra à cooperativa. Até 1970, esta era a modalidade preferida”.³

Muito mais se deveria saber sobre o Chile e, certamente, há muito que recolher em relatos vivos, desta que tantos dizem ter sido uma das experiências mais democráticas de transformação social.

Finalmente, um pouco da China, que deu início ao ciclo de transformações sociais sob a característica de uma estrutura eminentemente agrária e feudal, na qual o peso do campesinato na condução do processo foi inegável. Em 1962, na aldeia chinesa de Kiu-Ling, Jan Myrdal recolheu uma série de depoimentos de seus habitantes. O conteúdo do trecho que citamos em seguida reproduz-se em vários outros depoimentos: “Quando há vinte cinco anos aqui cheguei, apenas eram cultivadas as terras dos vales. Todos os campos que vêem nas montanhas foram lavrados depois. No vale, a terra é boa. Dá dez vezes mais que a montanha. (...) No vale, cada membro da brigada de produção tem um lote de terra particular. Avaliamo-lo em 0,4 mu por indivíduo. Contamos também os recém-nascidos, e de três

em três anos distribuimos lotes. (...) Vêem que são lotes privados, até pela maneira irregular como estão delimitados (...) Nas horas livres, os membros da comuna podem cultivar as terras que quiserem. Claro está que não podem cultivar sítios onde seja possível fazer grandes campos. De resto, podem trabalhar onde quiserem e tanto quanto desejarem. (...) Nunca abandonamos o princípio dos lotes privados”.⁴

CONCLUSÃO

A citação de exemplos como estes que acabamos de usar não dispensa, certamente, outro tipo de argumentação: porque a parcela familiar de terra é tão importante para o campesinato, e porque deve ser considerada? No Cadernos do CEDI 10, ao qual nos referimos antes, desenvolvemos este tipo de reflexão mostrando a especificidade da organização camponesa, a relação existente entre a manutenção desse espaço e a autonomia do grupo familiar. Hoje, queríamos apenas chamar atenção para alguns pontos.

Em primeiro lugar, é preciso reforçar a distinção que já tem sido feita entre a propriedade particular do tipo familiar, que caracteriza a exploração camponesa, e a propriedade particular sobre a qual se funda a exploração do trabalho de outros. Seguindo esta distinção, e em qualquer contexto, não pode ser pensado como reformismo ou passo atrás, defender esse direito reivindicado pelo campesinato. Divergindo freqüentemente, aliando-se em muitos casos, partidos políticos e militantes cristãos, tem também incorrido em equívocos semelhantes, frutos do idealismo e da pouca compreensão acerca daqueles mesmos de quem se tornam aliados.

Em segundo lugar, cabe talvez refletir sobre o fato de que o trabalho coletivo, a solidariedade mútua, o uso coletivo de recursos como terras, aguadas e matas são práticas muito caras ao campesinato. O erro é supor que estas práticas possam se dar num vazio de regras e relações sociais pré-existent. Mesmo critérios de equivalência na troca de bens e de trabalho, podem variar de acordo com as relações sociais entre os autores da troca. O ritmo, a intensidade diferencial do trabalho investido, as necessidades diferenciadas, são plenamente aceitáveis dentro de relações prescritas pelas regras de cooperação do grupo, mas incompatíveis com grupos forjados em que tais relações não existem. Todas estas questões, menores, tem sido levantadas não só nas experiências isoladas de roças comunitárias que se fizeram e se fazem no Brasil, como nos processos mais globais por que passam outros países.

Então, não é possível inovar, engendrar novas formas de relações sociais? Esta pergunta, um tanto angustiada, tem sido colocada por aqueles que viveram experiências frustradas de coletivização. Nós perguntaríamos: mas porque a mudança tem necessariamente que destruir tudo que lembra a ordem anterior, ou melhor, o que é que, de fato, tem que ser eliminado? Se a aspiração à terra, ao trabalho e à autonomia move os camponeses, porque a nova ordem teria que frustrar estas aspirações?

3. Sampaio, Plínio de Arruda. “Um Balanço da Reforma Agrária na América Latina” in *Reforma Agrária*, op. cit., p. 49. Há outras informações sobre o caso chileno no artigo de Sérgio Gómez, publicado no mesmo número de *Reforma Agrária*.

4. Myrdal, Jan. *Uma Aldeia da China Popular*. Lisboa, Livraria Moraes Editora, 1966, ps. 20 e 21.

A BEM-AVENTURANÇA DA POBREZA

Carlos Cunha

"Na verdade, sempre tereis os pobres convosco, e quando quiserdes, podeis lhes fazer o bem, mas a mim nem sempre tereis" (Mc 14.3-9; Mt. 26.11; Jo 12.8).

Situação fora do comum. Jesus não aprova a idéia "generosa" de Judas que naquele momento parecia estar com toda a razão. Aquilo era um desperdício. Tanto valor jogado fora ali! E Jesus até aceita aquela homenagem de uma mulher qualquer e seu bálsamo puríssimo. Quebra-se o vaso, derrama-se o bálsamo. Duas perdas. Nem vaso, nem bálsamo poderão jamais servir a outros pobres. Acabaram-se em Jesus, o pobre de Nazaré.

E, por cima de tudo, Jesus fornece um argumento incrível aos conservadores, acomodados, exploradores: "...sempre tereis os pobres convosco." Ou seja, a pobreza sempre vai existir, ninguém vai poder acabar com ela.

Convenhamos que o espaço não é simpático: Mateus, Marcos e João o repetem, senão a gente até poderia virar essa página incômoda, ou dizer que foi incidental, ou até um "acréscimo" posterior. Se ainda fossem somente Marcos e Mateus tão sinóticos, (uma visão de conjunto, dada a semelhança das versões) ou somente João tão sentimental!... Não. Não há escapatória.

Não quero nesta reflexão explorar o que Jesus *queria* dizer. Não é por aí. Cabe enfrentar o que ele disse: SEMPRE TEREIS OS POBRES CONVOSCO.

1. Não vai ser diferente. O mundo, o nosso mundo sempre foi e vai ser um mundo de pobres: angustiados, mansos, aflitos, misericordiosos, puros, pacificadores, injuriados, caluniados, perseguidos, ou seja: esfarrapados, esfaimados. Eles — somente eles — são os donos deste mundo. Mundo este que foi dado a um casal de pobres na estória singela do Gênesis, Adão e Eva. Este mundo rico é dos pobres.

2. Consequência do exposto, este mundo não é dos ricos. Eles constituem uma anomalia da sociedade (são usurpadores) e, de certa forma, estão condenados à extinção, como raça que se não deva reproduzir mais. Camelos podem passar livremente por buracos de agulhas, ricos não podem passar por nenhuma porta, exceto a de saída para o... *acabou-se*.

3. A utopia de um mundo sem pobres tem a sua contrapartida num mundo absurdo de ex-pobres, ou seja, de ricos. Essa era a proposta nazista para um mundo de "puros-sangues", que, por isso mesmo, requeria a matança dos "outros", a qualquer custo, em massa. Em dois discursos, Jesus proclama o permanente da pobreza como um fato que ele não quis descartar, mas assumir e conceituar: em Nazaré ele afirma que veio "evangelizar os pobres"; na montanha, proclama: "deles é o Reino dos Céus" (Lc 4.18; Mt. 5.3).

4. Pela ótica festiva e triunfalista, ele teria vindo armar e pôr-se ao lado dos pobres. Com eles organizaria um exército de esfarrapados para esfarrapar os ricos e tomar-lhes o mundo. Ora, repetindo-se os ciclos da História, pode-se imaginar que depois, bem depois, possivelmente os ex-ricos, alija-

dos e "empobrecidos" pelos pobres, retomariam o poder. Ou ainda se poderia imaginar, nessa mesma ótica miope, que o discurso de Jesus estaria proclamando serem eles, os pobres, enquanto pobres, os bem-aventurados. Bem-aventurança *na* pobreza. Mas o texto de Mateus, especialmente, declara serem eles bem-aventurados não por serem pobres, mas por lhes pertencer o Reino dos Céus. Bem-aventurança *da* pobreza.

5. O fato de um Deus se encarnar pobre no pobre de Nazaré, em meio aos pobres é a afirmação de que só é válido ser pobre, e de que a pobreza é o máximo da riqueza, como a infância é o máximo da maturidade. Pobreza é não ter ídolos. Só a riqueza tem ídolos. E somente os ídolos *prendem*, só os ídolos *cegam*, só os ídolos *oprimem* (a tríade do sermão de Nazaré). A riqueza deste mundo louco, foi ela que gerou instrumentos de morte, manipulados por "pobres" e "ricos".

6. Quando Jesus, em Nazaré, se detém na citação de Isaías (61. 1,2) o faz no momento de ler: "...proclamar o ano da graça do Senhor". Jesus bem podia emendar aqui o seu Sermão do Monte o qual proclama exatamente isso: o *Ano da Graça*. Era preciso dizer aos presos não que eles seriam soltos pela generosidade de um salvador, mas que não havia culpa que justificasse mais as suas cadeias (remissão aos presos). Da mesma forma, dizer aos cegos que não tinha sido cuspe e lodo mágicos que os tinham curado, mas a visão lhes voltara aos olhos. Aos oprimidos dar-lhes a consciência de sua liberdade.



7. “Os pobres sempre os tereis...” para lhes fazer o bem. Ora, fazer o bem, pode-se fazer a qualquer um. A caridade é a essência do “dar-se”, carregue este ato ou não alguma coisa consigo. E sempre haverá alguém que se dê, ou então virariam todos solteiros (solitários).

8. Se enfocarmos as categorias do Sermão do Monte encimadas pelos *pobres*, veremos que elas traduzem exatamente o que é “ano da Graça”. Eles mostram que Jesus jamais aceitou um mundo de fracassados, moles, chorões, chicoteados. A ótica de Jesus é a ótica da novela ao contrário, como costuma afirmar o Rubem Alves. A ótica do mau-bom, da prostituta-pura, do ladrão-santo, ou seja, do pobre-rico.

9. Ao lançarmos uma vista d’olhos pelo Sermão do Monte, podemos perceber que o discurso apenas quer recuperar o verdadeiro sentido do Reino, cujas categorias se esvaziam na

mesquinhez de revolucionários bêbados de revolução, mas vazios de percepção; cabeças satisfeitas e corações incapazes do amor. Senão vejamos:

(a) Os *mansos* têm a terra. A bem-aventurança não está na mansidão que só por si os faça abençoados, mas na terra que é deles. E a terra, ela mesma, é mansa em suas fontes, regatos, pássaros, animais, flores e até nas tempestades. Por se tratar a terra com violência é que ela começa a cuspir sua morte (desequilíbrios climáticos, fontes poluídas, flora e fauna em processo de aniquilamento).

(b) Os *aflitos* também não são bem-aventurados. A bem-aventurança reside no fato de poderem experimentar a consolação. Felizes são aqueles que experimentam ser consolados. E consolação não é de modo algum um estado piegas. Consolação é a mãe que acaricia o fruto de seus nove meses de ansiedade e espera, o fruto daquela hora de dor e parto.

(c) O momento da justiça é a única bem-aventurança daqueles *que têm fome e sede de justiça* e conseguem ser fartos, saciados, embriagados dela. E não é apenas recebê-la, mas distribuí-la.

(d) *Praticar a misericórdia* se enriquece no alcançar misericórdia. E quem algum dia não precisou ou vai precisar de misericórdia?

(e) Os *puros de coração* eles só querem e precisam ver a Deus. Era este o grito do coração de Jó: “...em minha carne verei a Deus, vê-lo-ei com os meus olhos” (Jó 19.26).

(f) Jesus encerra essa parte do sermão com a bem-aventurança dos *perseguidos por causa da justiça*. E afirma: “deles é o Reino dos Céus”. Isto quer dizer que a experiência de viver a pobreza ela é que leva à perseguição por causa da justiça. A consciência da força dos fracos e da riqueza dos pobres revolta e irrita os ricos e os poderosos. Com esta bem-aventurança fecha-se o círculo delas todas.

10. Estão aí as incríveis características da pobreza que é algo do coração e que não deu guarida aos ídolos, mas sente-se aberta e receptiva à felicidade e à vida como expressões de um constante e eterno não-ser-vir-a-ser. Nenhuma pobreza se acaba com a riqueza, nenhuma lágrima termina com o riso. O mundo gostoso, a vida abundante vai ter muitas lágrimas sempre seguidas de muitos risos. Não há sínteses definitivas. Nem teses nem antíteses. Eterno somente é o processo. E o processo é visceralmente dialético. Os pobres segundo o Evangelho sempre reassumem a pobreza.

11. Por isso “sempre tereis os pobres convosco e quando quiserdes podeis lhes fazer o bem”. Somente pobres são capazes de fazer bem a pobres. Ricos fazem agrados, dão coisas, às vezes sobras. O pobre *dá-se* (a viúva deu tudo) porque ele é seu tudo. O rico não sabe dar-se. Ele pensa que as coisas o substituem. Ele não possui a admirável capacidade de se empobrecer, de se esvaziar. Ele não *se dá*, apenas *dá*. O objeto do dar não está nele, mas fora dele. Continua solteiro (solitário) que nem os deuses pagãos. E é por isso que esses mesmos deuses somente se saciavam com vítimas humanas. Não é à toa que a riqueza deste mundo tem semeado milhões de vítimas humanas em seus caminhos.

12. Podemos quebrar vasos e derramar bálsamos. Se os vendermos não resolvemos nem o problema da miséria dos miseráveis, nem da miséria dos ricos que poderão comprar vasos de bálsamo.

13. Reino dos Céus... algo que está em ato. É dos pobres assim como também é das crianças. Os que se pretendem ricos e adultos, estes, coitados, optaram por outro reino, um reizininho qualquer que a pobreza e a infância já destruíram, ou vão destruir.

Carlos Cunha é pastor presbiteriano, teólogo e musicista e um dos redatores da revista Tempo e Presença

movimentos
populares
e governos
de oposição

A GESTÃO DEMOCRÁTICA: UM DESAFIO SOCIAL

Paulo Cezar L. Botas

“Tal homem é, por exemplo, rei porque outros homens se comportam frente a ele como súditos. Porém eles, por sua vez, acreditam ser súditos porque o outro é rei.” (Marx).

Refletir sobre a questão da “arquitetura da democracia” é sobretudo decodificar os mitos e os protocolos de “boas intenções” que acabam, na prática concreta, legitimando as estruturas autoritárias e centralizadoras que nada mais fazem do que, sob a aparência de alguma coisa “nova” manter os privilégios e as fraudes da nova burocracia que se instala.

A defasagem real existente (*derex*) entre os protocolos de “boas intenções” dos governos de oposição e a recriação das estruturas autoritárias em certos órgãos administrativos do Estado nos impõem esta reflexão mesmo porque muitos dos que assumiram postos na nova burocracia são filhos do autoritarismo, seja porque foram formados nos anos obscurantistas da universidade na qual a prática política democrática era inexistente, seja porque são herdeiros da ausência de uma reflexão política decorrente desta mesma prática. Ora, a má prática produz a má teoria e a falta constante de uma reflexão sobre a construção democrática ou sobre a sua invenção (a gosto de Claude Lefort) determina, em grande parte, os desvairios que estão sendo cometidos a nível administrativo e a carência total de sensibilidade humana, condição primeira para a construção de uma estrutura democrática.

A *derex* encontra sua sustentação na intersecção da incapacidade administrativa e da insensibilidade humana e profissional. Ao recriar na nova burocracia os grupúsculos de poder, sua expressão visível se faz na manutenção de privilégios antigos (salário aumentado, cargos de chefia, benesses de assessorias sem produção real, etc.). A proposta de uma nova gestão democrática se reveste da enganosa aparência de “moralização” quando, na verdade, traz em seu bojo os privilégios e a mesquinhez de um poder dividido entre os pares de mesmo nível e competência. Impossível esconder-se em discursos moralizantes: a prática social expressa na estruturação administrativa e interna desta nova burocracia — aliás, denominação charmosa para funcionários públicos assalariados — retira a ambigüidade de suas propostas “bem intencionadas” e os coloca a nu diante do escárnio e chacota de seus “comandados”, única maneira de se resistir psicologicamente às

investidas do autoritarismo real enquanto não se organiza a discussão e a mobilização para a construção do máximo de democracia e participação possíveis que respondam aos desafios e às necessidades reais da sociedade civil.

Ajudar as populações a enfrentarem seus problemas, sem paternalismo, significa, em primeiro lugar, reconhecer a legitimidade de seus anseios expressos. E estimular o direito da população definir, por conta própria, suas necessidades e aspirações.

Os regimes de oposição atuais têm assumido três posições diante do público popular:

- *A do tecnocrata*, que traz respostas prontas para os problemas examinados, partindo do pressuposto de que há uma única solução adequada em cada caso e de que, certamente, ele a conhece posto que é especialista.
- *A do publicista*, que traz uma teoria geral que dispensa examinar qualquer assunto, porque a verdade das grandes abstrações já respondeu a tudo.
- *A do didata*, que pensa ser necessário explicar à massa ignara o que está na frente do seu nariz: que o salário é baixo, que falta água no bairro, que o patrão explora e assim por diante.

Todas essas posturas ignoram a pergunta do interlocutor. Em outras palavras, o que a sociedade civil e os movimentos sociais estão requerendo é a informação necessária para decidir, por conta própria e com conhecimento de causa, as alternativas de ação. Não querem receitas, mas conhecimento. Uma postura não-paternalista e não autoritária exige admitir que para cada problema pode haver várias respostas. Que é necessário que os interessados conheçam as alternativas. E que cabe a eles decidir (Cf. Brant).

Não duvido que os novos chefes dos organismos estatais assinem em baixo dessas linhas acima. Mas a questão concreta é esta: *como adequar os princípios da democratização participativa e a descentralização do poder na gestão interna das suas entidades*. Temos que constatar a “orfanidade teórica” da maioria dos novos detentores do poder: estas questões se apresentam pela primeira vez às suas cabeças acostumadas à luta para garantir a sua ascensão social e seu status de classe média. Não há dicotomia possível, como reza a filosofia existencialista, o homem são os seus atos e seus atos são a sua libertação ou sua condenação. Seus atos estão no domínio do espaço público, e serão

julgados historicamente se coerentes ou não. Não há divisão possível: o autoritário é autoritário na sua relação afetiva social e política.

O governo que não se abre à discussão da sociedade civil e que responde pronta e secamente: “não há verbas, o orçamento não agüenta” é tão autoritário quanto o que cria leis para impedir a crítica e a busca de alternativas da sociedade civil. Confundir democracia participativa com mera consulta popular pode ser uma forma de iludir os “segmentos sociais” através de uma manipulação efetiva. A consulta popular, numa democracia burguesa, é realizada através do sufrágio universal. Resta depois aos eleitos darem respostas concretas aos que, confiantes nas suas promessas, depositaram sua confiança nos seus votos. O engodo da consulta popular pode mascarar intenções e interesses os mais espúrios que sempre se expressam através das mistificações e explicações generalizadas.

OS MITOS

Vários são os mitos que devem ser dessacralizados num processo de construção democrático, e é necessário desinflacionar certos conceitos.

Autoridade e autoritarismo

A autoridade é um processo de reconhecimento dado, ou pela sociedade ou pelas pessoas, à capacidade de administração do governo ou responsável pela direção dos seus departamentos. É processual à medida em que o seu reconhecimento é decorrente da sua competência em conduzir democraticamente e ao nível da participação mais ampla possível os destinos que lhes couberam ou por eleição ou indicação de confiança. A autoridade não se impõe em nome do cargo ou função que se ocupa, ela é uma conquista que deve ser legitimada no processo democrático. O autoritarismo, ao contrário, é centralizador. O autoritarismo impõe o respeito através de normas de controle que somente beneficiam quem está no poder e são criadas sem a co-responsabilidade e co-participação dos que compõem o tecido social ou institucional. Neste sentido o autorita-

rismo não traz em si nenhuma condição de respeitabilidade ao nível da sua competência ou da sua sensibilidade profissional e humana. Na administração autoritária são altamente reforçadas as normas e as regras “escritas” não havendo nenhum espaço para a crítica e a reformulação destas mesmas normas e regras pelo corpo coletivo.

A vontade do chefe é imposta como norma primeira e única para a condução da sociedade ou instituição. Não há discussões de conteúdo mas apenas a explicitação, curta e grossa, da sua decisão arbitrária sustentada pela sua função ou cargo.

O chefe impõe sua vontade soberana e exige dos outros os fins que ele escolheu livremente. Exercer este tipo de poder pessoal é colocar-se pessoalmente em questão: ao proclamar suas finalidades e se reivindicar como único responsável o chefe se expõe, por isso mesmo, à contestação. Será admirável ou odiável dependendo do seu sucesso ou de seu fracasso em fazer com que seus fins sejam partilhados por aqueles que comanda. Trabalha sem proteção nem garantia em seu próprio nome. Exercer um poder pessoal é necessariamente aceitar o conflito sob sua forma mais direta, de pessoa para pessoa. Afirmar sua vontade própria é expor-se a que os outros a ela oponham a sua própria vontade (cf. Gorz).

Como afirma Goodman no seu livro *People and Personnel*:

O pior ocorre quando os homens começam a pensar que o importante não são os benefícios que o poder lhes permitirá obter mas o poder em si, o prestígio que ele confere. Mas então o modelo de dominação-submissão já terá sido internalizado e terá dominado toda a situação. E assim, a menos que prove continuamente a sua própria potência, seu poder sobre os outros e sobre si mesmo, o homem será dominado pelo medo de ser derrotado ou enganado.

Nas relações de poder autoritário cria-se, como forma de dominação, o terror e o medo para imobilizar as pessoas que internalizam o silêncio das decisões autoritárias — geradas no segredo dos seus cargos — e temem as represálias que poderão advir se tentarem um movimento de mobilização e crítica coletivas. A desestabilização das estruturas organizadas e eficazes é a única maneira, do ponto de vista autoritário, de manter sob controle o conjunto institucional. O receio de que setores internos possam garantir o mínimo de autonomia no conjunto institucional exige a atomização imediata das pessoas e a sua ligação individual e direta com os gerentes do poder.

O burocrata é o executante parcelar que garante o funcionamento do aparelho de dominação aplicando um regulamento pelo qual não tem de responder, cumprindo uma função com a qual não pode se identificar pessoalmente. Engrenagem de um mecanismo montado, o burocrata é o instrumento de um poder sem sujeito: no aparelho de Estado, como na grande empresa, o poder é o organograma. O organograma foi inventado para garantir com uma quase automaticidade a submissão hierárquica de outros homens. O organograma foi concebido pelas assessorias de organização para definir previamente o funcionamento de um conjunto, recortando-o em tarefas especializadas e pre-

Governos de oposição: a necessidade de refletir sobre a questão da “arquitetura da democracia”



determinando os laços de comunicação transversal e vertical entre os executantes dessas tarefas. Uma rede de funções coordenações que regula a circulação de informações e das decisões fragmentárias (cf. Gorz).

Ao contrário, nas organizações democráticas a forma organizacional coletiva responde pela maior capacidade de participação e de discussão para a legitimação do poder descentralizado e democratizado.

A austeridade

O discurso moralizante é o recurso utilizado pelo governo quando ainda não tem definido suas diretrizes concretas de ação.

O grande tema político deste discurso moralizante, para iludir a grande massa, é o da austeridade. A sua incompetência em definir metas de ação e prioridades é decorrente da dificuldade de compor os interesses de classes e das forças políticas que o sustentam. A democracia burguesa se preza por este discurso de austeridade, campanhas como "ouro para o bem do Brasil" mostram bem esta tendência. Certos governos de oposição conduzem seus primeiros impactos elaborando, para o consumo publicitário, uma "economia da miséria".

E se multiplicam as contas e cálculos na economia de clips, papel, telefone e outras grandes miudezas às quais se acrescentam os menores salários das instituições. A razão política desta economia da miséria é evidente; os maiores salários fazem parte do jogo de benesses e do clientelismo, que caracterizam as relações de força numa democracia burguesa ainda que os governos sejam de oposição. A política do apadrinhamento supera as demais quando o governo não tem definido as suas prioridades de ação e os segmentos sociais que pretende de fato promover e priorizar.

O recurso imediato ao discurso da austeridade é uma forma de iludir a grande massa votante para encobrir a incapacidade, sos que ascenderam ao poder, de ter uma política de ação definida e concreta que possa mostrar, publicamente, a coerência entre as promessas eleitoreiras e a sua capacidade de implementá-las.

O desgaste político de governos de oposição que, sem maiores análises e explicações, se utilizam de tal recurso tem sido evidente nos últimos anos. O mais importante, não é a quantidade do "desperdício" mas a razão pela qual, e por quem, e por que, e como é utilizado o orçamento. As obras são públicas e a ação do governo se mostra através de uma atuação e efetivação concreta dos seus programas e metas. Não podemos confundir a programação organizada e orientada dos gastos com uma mera política de avareza sustentada por uma concepção moralista do mundo e da sociedade e com todos os seus resvalos de mordomais e privilégios. Em outras palavras, aos sem-poder a austeridade e aos do poder as maravilhas das benesses.

Che Guevara critica o burocratismo estatal:

Os aparelhos estatais não se desenvolveram mediante um plano único e com suas relações bem estudadas deixando uma ampla margem para a especulação sobre os métodos administrativos. A centralização excessiva sem uma organi-

zação perfeita freou a ação espontânea e um acúmulo de decisões menores limitou a visão dos grandes problemas e a solução de todos eles se estancou sem ordem nem conserto. A falta quase total de conhecimentos foi suprida por uma longa série de reuniões configurando um "reunionismo" que se traduz fundamentalmente na falta de perspectiva para resolver os problemas.

E mais adiante vai acrescentar as formas de superação desse burocratismo:

Devemos desenvolver com empenho um trabalho político para liquidar a falta de motivações internas, a falta de clareza política que se traduz numa ausência de executividade. Os caminhos são: a educação continuada mediante a explicação concreta das tarefas e o exemplo dos setores administrativos em trabalhos concretos" (...) Estudar tudo o que é fundamental e o que é acessório no trabalho das distintas unidades dos organismos estatais e limitar o acessório para enfatizar o fundamental permitindo assim uma ação mais rápida.

Nesta perspectiva, todo o trabalho de formação e treinamento nos quadros dos organismos estatais deve superar a mera formação intelectual ou a mera ampliação dos seus currículos funcionais para uma barganha salarial. Deve privilegiar a co-responsabilidade na gestão democrática num processo contínuo de participação e descentralização do poder como forma de criar motivações internas e compromissos políticos efetivos com a transformação da realidade sócio-econômico-política. Todo e qualquer organismo estatal cuja direção freie essa co-responsabilidade está fadado a se gestionar por uma política de privilégios, de bajulação e de temor, ainda que o seu discurso seja um discurso semeado de intenções democratizantes reduzidas e uma centralização autoritária.

Isto só será possível com a clareza política de metas a serem atingidas, com o exercício competente do poder baseado na criação de espaços democráticos de crítica e participação e com o desenvolvimento das potencialidades dos seus recursos humanos. Ou como diz Guevara:

"O fundamental é ser essencialmente humano, ser tão humano que se aproxime do melhor do humano, purificando o melhor do homem através do trabalho, do estudo, do exercício da solidariedade continuada com o povo e com todos os povos do mundo, desenvolver ao máximo a sensibilidade até sentir-se angustiado quando se assassina um homem em qualquer canto do mundo e para sentir-se entusiasmado quando em qualquer canto do mundo se levanta uma bandeira de liberdade."

Este o grande desafio aos governos de oposição neste momento no Brasil: a gestação concreta de espaços democráticos para a sociedade e para os seus aparelhos estatais. Sem esta prática é inócuo o discurso. É criminoso o exercício do poder administrativo, pois é impune e ditatorial.

BIBLIOGRAFIA

- BRANT, Vinicius Caldeira. Teoria, Ação e Paternalismo, mimeo., fev. 81.
GORZ, André. Adeus ao Proletariado, Forense Universitária, RJ, 1982.
GUEVARA, Che. Obra Revolucionária, Ediciones ERA S.A., 1967.
GOODMAN, Paul, People and Personnel, 1965.

POR QUE ESTÃO MATANDO O POVO DA GUATEMALA?

André A. Toral

No dia 17 de julho de 1982, “de acordo com o relato do reverendo Hennessey e de dois sobreviventes do massacre, um grupo de soldados chegou de helicóptero ao povoado São Francisco e começou a separar e juntar todos os habitantes, forçando as mulheres e crianças a entrarem numa igreja e numa casa próxima e os homens na prefeitura. Os soldados começaram atirando em todas as mulheres e crianças na casa. Voltaram-se então para as mulheres e crianças remanescentes que estavam na igreja, derrubando-os com machetes, abrindo seus corpos com facas e tirando fora o estômago de alguns deles. Finalmente os soldados voltaram-se para os homens na prefeitura, atirando neles com suas armas e matando o resto com granadas e bombas” (1). O saldo final do massacre da fazenda São Francisco em Huehuetenango: trezentos e dois índios mortos.

Certamente relatos dessa natureza já não impressionam àqueles que acompanham a situação da Guatemala atualmente. Apesar da natural resistência que todos temos para aceitar a existência de massacres tão frios e bestiais, o fato concreto é que eles existem e estão sendo praticados, metodicamente, contra toda uma população. Por outro lado, ações desta natureza, dificilmente poderiam ser explicadas como devidas à sanha assassina dos caricaturais ditadores centro-americanos, lacaios do imperialismo ianque. É preciso avançar na explicação, é preciso vencer a nossa resistência e as náuseas para podermos compreender o terrorismo de Estado, praticado na Guatemala e em outras partes da América Central, contra o povo e o patrimônio destas nações, se liga com a mais dramática e sanguinária tentativa de grupos ligados e apoiados por interesses internacionais de permanecerem no poder, garantindo a exploração a qualquer preço. O esforço de resgatar para a humanidade aqueles que praticam estes atos nos fará compreender suas intenções. Por que tanto ódio? Por que tanta violência contra uma população que acreditamos indefesa e desmobilizada?

“Tudo muda na área quando os soldados chegam. Eles matam, queimam e destroem tudo”. De um calendário para 1983 desenhado por crianças guatemaltecas refugiadas.



Muitos índios e muita mobilização

Para nós que vivemos no Brasil, onde a população indígena é de aproximadamente 250 mil pessoas num total de 120 milhões, é difícil compreender sua importância política num país de 6 milhões de pessoas, onde quatro milhões são da etnia indígena Maya e onde as comunidades formam a espinha dorsal dos movimentos camponeses, cooperativistas e de trabalhadores em geral.

Vamos ver a seguir os passos mais importantes da mobilização do povo guatemalteco e como ele chegou a representar uma ameaça concreta aos interesses econômicos que atuam na América Central.

Café e movimentos de resistência

A Guatemala só entrou no mercado econômico mundial a partir da segunda metade do século passado quando o café firmou-se como seu principal produto de exportação. O café mudou substancialmente a estrutura interna do país: a mão-de-obra indígena, vital à produção, passou a ser arrematada através de deslocamentos maciços das populações indígenas para as plantações da costa do Pacífico, expropriação das terras comunais indígenas, titulação privada das terras dos Departamentos (Estados) predominan-

(1) Riding, Alan: “Guatemalans tell of murder of 300.” Jornal New York Times, 12 de outubro de 1982.

O missionário Ron Hennessey é da Congregação Maryknoll e neste artigo reproduzimos excertos de uma carta que ele havia escrito a sua irmã, uma freira que vive em Iowa (Estados Unidos).



Mulheres guatemaltecas e o adido militar dos Estados Unidos assistindo a uma demonstração em abril de 1982.

temente indígenas e a imigração de “ladinos”, mestiços, para as terras altas aonde assumiam o controle dos governos municipais e serviam como agentes de ligação dos plantadores de café, arrumando mão-de-obra. Os governos de 1871 a 1944, além disso favoreceram a imigração estrangeira e revogaram, da Constituição do período colonial, os itens que proviam aos índios certos graus de independência e de defesa contra os espanhóis, donos das terras, seus tributos e prestação de serviço compulsória. O café, em 1905, representava cerca de 85 por cento da exportação do país. Apesar das medidas que objetivavam o fim da economia e da identidade étnica, como a obrigatoriedade da titulação individual das terras comunais, a instalação de escolas onde se ensinava o espanhol, o sistema de peonagem para o café e o açúcar que impossibilitavam a vida comunitária, a instalação de missões protestantes nas áreas indígenas e outras medidas “integrativas”, a “ladinização” da população e o fim da identidade étnica não foram conseguidos. Um antropólogo norte-americano, Sol Tax, que viveu muito tempo entre os índios guatemaltecos, disse que há três razões para a persistência da cultura e da identidade étnica: Primeira as terras altas da Guatemala, além de conter as maiores unidades tribais e lingüísticas, são, elas mesmas, as maiores unidades de identidade sócio-cultural. Segunda, apesar de reconhecerem diferenças entre eles mesmos e outros grupos indígenas, bem como entre eles e os não índios, eles não vêem estas diferenças como alternativas para o seu modo de vida. E terceira, ao mesmo tempo em que os índios guatemaltecos são altamente pessoais e individualistas nas suas relações pessoais, são extremamente conservadores em relação à sua visão de mundo, valores e crenças religiosas. Mesmo vivendo nos subúrbios da cidade da Guatemala mantêm um forte senso de identidade étnica e uma cultura comunitária altamente tradicional. Não desapareceram culturalmente ao contato com o mundo moderno. Ao contrário, durante o “século do café” nasceu um grande movimento de resistência étnica entre os Maya. Identidade étnica e a cultura indígena seguiram o surgimento do café e favoreceram os movimentos de resistência contra os deslocamentos maciços de população e a súbita transformação da sociedade Guatemalteca.

Mobilização popular com Arevalo e Arbenz:

Apesar de ter sido feita por dissidentes do exército e por setores de classe média urbana, a revolução de 1944 e os governos democrático-populistas de José Arevalo e Jacobo Arbenz (1944-1954) foram os únicos que, na história da Guatemala, reconheceram e respeitaram as especificidades sociais, culturais e econômicas da grande população indígena e rural. Criou-se um Instituto do Índio, um plano para a promoção e proteção das têxteis indígenas e surgiu um alfabeto oficial para que se escrevesse nas línguas indígenas. Seguindo o exemplo mexicano, foram apoiados movimentos indígenas que surgiam nas artes, e foram providas escolas, missões culturais, clínicas de saúde, programas de assistência técnica e, mais importante, os partidos políticos e os comitês agrários criaram suas bases nas terras altas. Essa política produziu três resultados básicos: Primeiro, durante este período os índios recuperaram parcialmente o controle do poder político regional-local através dos partidos que organizaram afiliações locais e tiravam candidatos para os cargos municipais. Após 1945 os principais funcionários municipais do interior eram efetivamente índios com poderes para governarem de fato. Um segundo resultado foi o crescimento do movimento sindical e camponês. Fundada em 1950, a CNCG (Confederação Nacional dos Camponeses da Guatemala) era a vanguarda do movimento trabalhista na Guatemala. O número das associações rurais afiliadas chegou a 1.500 em 1954, reunindo cerca de 200.000 membros. A CNCG tinha representantes em toda parte do país e ligações internacionais como a WFTU (World Federation of Trade Unions). Apesar da liderança da CNCG não ser composta de índios, eles constituíam mais da metade das bases do movimento: das 1.561 associações rurais que compunham a CNCG, 861 se localizavam nos departamentos de população predominantemente indígena. O terceiro resultado foi que, apesar da intensa mobilização do período, a reforma agrária, aprovada pelo Congresso em 1952 foi um duro golpe para as terras indígenas municipais em favor da dotação de terras individuais aos camponeses para que estes pudessem modernizar sua agricultura e aumentar a produtividade.

Ação Católica e cooperativismo

À derrubada de Arbenz, levada à cabo pelos Estados Unidos, sucedeu o segundo período da mobilização dos índios da Guatemala, sob a égide da Igreja Católica e da Ação Católica, movimento de catequização iniciado ainda em 1948 e que objetivava a restauração do catolicismo ortodoxo no país, ameaçado com a radicalização da vida política do país e pela difusão do protestantismo nas áreas rurais. Missionários que se definiam como anticomunistas foram convidados a fundar escolas e clínicas, decididos também a eliminar as “confrarias religiosas” dos índios. Apesar dos muitos milhares de “convertidos”, a atividade missionária produzia resultados frustrantes: para os convertidos a participação nas Ações Católicas era um meio de afirmar a identidade étnica face ao racismo ladino, da exploração econômica e do controle político. O nascimento da Ação Católica se deu num momento em que a estrutura agrária da Guatemala sofria grandes mudanças. A população de 3 milhões de 1950 se elevou para 5,6 milhões e 600 mil em 1973, agravando o problema da pobreza e da falta de terras e forçando a procura de trabalho nas plantações de algodão que começava a se firmar como produto de

exportação. No final dos anos 50 a Igreja Católica começou a promover cooperativas rurais como resposta à crescente crise agrária por que passava o país. Apesar das raízes do movimento cooperativista estarem no período Arevalo-Arbenz, ele teve um fim com a reforma agrária de 1952, sendo retomado futuramente com a Ação Católica.

USAID e Peace Corps:

Durante o final da década de 60 os fundos e assistência técnica promovidos pela USAID (United States Agency for International Development) e pelos Peace Corps levaram a um crescimento ainda maior do movimento cooperativista: em 1976 havia 510 cooperativas na Guatemala, agrupadas em oito grandes federações com um total de 132.000 membros. A Ação Católica e o movimento cooperativista rural representaram um importante avanço da organização social de seus participantes, apesar de não possuir nenhuma proposta de participação dos índios na sociedade Guatemalteca.

Os índios no Congresso Nacional

No começo dos anos 70 os partidos de oposição, principalmente o Democrata-Cristão, começaram a ter crescente influência nas áreas indígenas do país com a organização de ligas camponesas e comitês nas comunidades. Apesar do veto militar à vitória da oposição nas eleições de 1974, esta conseguiu sólidas posições no interior do país, principalmente nas áreas indígenas. No departamento de Chimalteango, por exemplo, os partidos de oposição e a DC conseguiram mais de 70 por cento dos votos presidenciais, deixando somente 30% para a coligação partidária oficial. Ainda neste departamento, os candidatos indígenas que concorreram em 11 das 16 prefeituras conseguiram eleger-se em oito delas. No departamento de Patzún a comunidade indígena local conseguiu a sede da municipalidade, assim como em San Martín Jilotepeque, onde o candidato indígena ganhou mas não levou porque o registro Eleitoral não homologou a vitória. Os departamentos de Chimalteango e Sololá elegeram dois deputados índios que pela primeira vez entravam no Congresso, vestindo seus trajes típicos e educando jovens índios para formarem, futuramente, um partido político eminentemente indígena.

Mobilização Sindical e Camponesa

A revitalização do movimento trabalhista é um segundo fenômeno muito significativo na mobilização política da população indígena no início dos anos 70. Apesar de ser um país basicamente agrícola houve um grande aumento no número de trabalhadores urbanos, na Guatemala, nos últimos anos, como consequência da criação do Mercado Comum Centro-Americano e da entrada de capital estrangeiro, iniciada principalmente a partir do início dos anos 60, que se destinava principalmente ao desenvolvimento das atividades industriais. Em 1976, com a abertura política criada pelo terremoto e com crescente militância dos trabalhadores urbanos, grande parte das organizações de trabalhadores se uniram no CNUS (Comitê Nacional para a Unidade Sindical). Mantinham íntimas ligações com as organizações de trabalhadores rurais e independência em relação aos nascentes movimentos de guerrilha. A solidariedade entre o movimento sindical urbano e a população



COMITÉ DE UNIDAD CAMPESINA. C. U. C.

indígena foi efetivada com a formação do CUC (Comitê para a Unidade Campesina) em 1978. O CUC representava não só os camponeses indígenas das terras altas mas também os ladinos rurais pobres. Sua liderança era predominantemente indígena com laços em associações trabalhistas e religiosas na cidade da Guatemala, mas basicamente ligada às comunidades e aldeias das terras altas. Em 1980 a CUC organizou greves de 70.000 cortadores de cana e 40.000 camponeses que trabalhavam na colheita de algodão, que forçaram o governo a praticamente triplicar a remuneração mínima por dia de trabalho. Em setembro do mesmo ano, uma greve, desta vez entre os colhedores de café, mobiliza 10.000 trabalhadores. Embora restrita a um departamento, esta greve demonstrou de forma cabal que os trabalhadores tinham condições de paralisar o setor de ponta da economia do país: a exportação de café. Os militares reagiram à crescente participação dos índios na vida política nacional organizando esquadrões da morte e eliminando todos e atemorizando todos os setores da sociedade interessados em reformas democráticas.

Terrorismo de Estado e resistência indígena

No começo dos anos 70, diversos setores da sociedade guatemalteca (líderes partidários, estudantes, profissionais e sindicalistas) sofriam violências, raptos, torturas e assassinatos, mas o peso da repressão caía mesmo em cima das populações do interior: 65 por cento das vítimas da violência eram camponeses e trabalhadores rurais. O terrorismo de Estado, destinado a aterrorizar a população começou na cidade de Panzós em 1978, com o massacre de mais de cem índios Kekchí. Essa repressão se desenvolveu por estágios:

No primeiro estágio as forças de segurança governamentais (obviamente não em caráter oficial) selecionavam líderes de comunidade para rapto, tortura e assassinato: catequistas da Igreja Católica, membros do Comitê de Reconstrução Nacional, líderes de organizações comunitárias, sindicalistas, prefeitos democrata-cristãos, professores, advogados e até os Alcoólatras Anônimos eram alvos da repressão enlouquecida. Qualquer um que estivesse envolvido com programas de desenvolvimento nas áreas indígenas estava sujeito à ação dos esquadrões para-militares.

Depois, num segundo estágio, passaram a perseguir de preferência os líderes religiosos na suposição de que seriam os vínculos entre a guerrilha e os camponeses. Desde 1978, nada menos que treze padres católicos, seis ministros protestantes e uma irmã católica foram assassinados. Inúmeros padres, bispos e trabalhadores da Igreja Católica tiveram que mudar sua área de atuação ou então deixaram o país para continuarem vivos. —

Num terceiro estágio, que o povo da Guatemala vive atualmente, o próprio exército passou a bombardear, a arrasar aldeias e vilas indígenas alegando que elas serviriam de base estratégica da guerrilha. Líderes indígenas foram assassinados e os campos queimados na tentativa de cavar um fosso entre a guerrilha e as comunidades indígenas que lhes dariam apoio. Nesta época, os militares passaram a empregar “milícias civis” (engajadas compulsivamente) na linha de frente do combate à guerrilha (a intenção parece óbvia). Fugindo da violência governamental e do engajamento compulsório 50.000 pessoas se refugiaram no México e entre 500.000 e um milhão buscaram refúgio na cidade de Guatemala, fugindo da violência implantada no interior do país. Dados do final de 1981 e início de 1982 indicam que algumas organizações guerrilheiras eram compostas, na sua quase capacidade, por indígenas voluntários. Também há evidências de que vilas e comunidades inteiras proviam comida, salvo-condutos e outras formas de apoio estratégico para as organizações guerrilheiras. Em fevereiro de 1982 as quatro organizações guerrilheiras se unificaram num comando único e lançaram uma ofensiva nacional. Desde esta época as guerrilhas se retraíram para certas áreas do país, mas, em junho de 1982, ainda contavam com considerável apoio da população indígena.

Rifles e Feijões

Foi neste contexto de crescente recrutamento e envolvimento dos índios na guerrilha e de grande pressão internacional das organizações de direitos humanos que um grupo de jovens oficiais, liderados por um evangélico convertido, General Effraim Rios Montt, em março de 1982, depôs o governo “constitucional” do general Lucas Garcia (que comandava a ação dos esquadrões da morte de um anexo do palácio presidencial).

Por um breve período as violações dos direitos humanos na Guatemala diminuíram, mas, à medida que o tempo passava ficava patente que a real preocupação do governo era a repressão dos movimentos guerrilheiros, com as mesmas técnicas do governo anterior enquanto aplacava as críticas internacionais através de um sofisticado programa de ação cívica e uma poderosa campanha de relações públicas. Para realizar seu programa, Rios Montt introduziu as milícias civis nas áreas rurais, forçando a população indígena a escolher entre os feijões dos programas governamentais ou os rifles dos soldados treinados para verem todos os índios como “comunistas potenciais”.

Qual seria o próximo passo na crescente mobilização dos índios da Guatemala se não fosse acionado o esquema repressivo? A pergunta fica sem resposta, mas uma coisa é certa: a sua crescente importância, mesmo nos quadros participatórios restritos da democracia em moldes liberais implantada na Guatemala, haviam chegado a um limite ou

a um impasse. A vida eleitoral estava sendo trilhada num sentido de garantir a ocupação, cada vez maior, do aparelho de Estado por representantes das comunidades indígenas. A possibilidade dos índios alcançarem o poder através da via eleitoral foi frustrada pela violência e pelo golpe de Rios Montt.

Muito desses avanços da organização dos índios e do povo da Guatemala certamente se deve a uma grande capacidade de adaptação e resposta a situações políticas novas, engendrada por novas formas de exploração.

Com efeito, na última década, assistimos à ocupação de todos os espaços políticos “permitidos” e à adoção de novas formas de lutas políticas. Suas raízes estão nas lutas pelas municipalidades regionais, no aproveitamento do cooperativismo como forma de união e participação quando a atividade política tornou-se impraticável, num processo que culminaria com uma atividade trabalhista muito intensa, de grande participação e o início da luta a nível de Congresso Nacional.

Fato fundamental para se compreender a organização dos trabalhadores na Guatemala é o papel da etnia e da comunidade local na organização dos trabalhadores. Esta foi feita principalmente a partir das comunidades indígenas do interior (das terras altas principalmente) que organizaram as uniões de camponeses que formam a espinha dorsal do movimento camponês, vanguarda e principal componente das organizações de trabalhadores da Guatemala, através do CUC. É devido a este caráter mobilizador e revolucionário das etnias e das comunidades indígenas guatemaltecas que sobre elas se abate a fúria genocida dos que devastam o país. Isso nos ajuda não só a compreender o caráter anti-democrático do atual regime mas também, e isto é essencial, seu caráter eminentemente antipovo.

O terror desencadeado conta os índios da Guatemala e contra as suas organizações é a forma mais recente adotada para garantir um sistema de classes, de dominação étnica e da apropriação de lucros por uma elite guatemalteca e por companhias internacionais.

A longa tradição de luta, de resistência, e a versatilidade para a adoção de novas formas de luta política deste povo certamente dará a última palavra na história da Guatemala.

Os dados utilizados para escrever este artigo foram extraídos do artigo de Shelton Davis: “The Social Roots of Political Violence in Guatemala” publicado num número especial do *Cultural Survival Quarterly* Nº 1, Vol. 7, de novembro de 1983. Aconselhamos a publicação (que ainda reúne artigos também sobre os evangélicos, católicos e índios na Guatemala) para quem se interessar pelo assunto.

Pedidos podem ser feitos a:

Cultural Survival, Inc.

11 Divinity Avenue

Cambridge, MA 02138

Tel.: 617.495.2562

Gostaríamos também de agradecer a esta instituição pela utilização do material visual que ilustra este artigo.

André A. Toral é antropólogo e editor do *Aconteceu*, publicação semanal do CEDI.